

ESPECIAL
JORNAL DO SENADO

Segurança Pública

Batalha contra a violência muda as leis brasileiras



Encarte: as leis contra o crime

O Senado já votou dois pacotes antiviência, em esforço para vencer a criminalidade. Veja no *Encarte Especial* desta edição uma ampla análise do problema e possíveis soluções.

O encarte de uma sociedade atingida a combater com a criminalidade tem chegado ao Senado. Veja neste *Encarte Especial* a que aconteceu com os senadores da maioria antiviência aprovados por unanimidade em votação de grande repercussão e importância nacional.

Mazelas do sistema prisional fomentam mais criminalidade

Penas mais rigorosas nem sempre têm o efeito desejado

Morosidade da Justiça, sinônimo de impunidade

Investimento dubia em um ano, mas poderia ser maior

Dinheiro que vem do petróleo pode ter novos destinos

A descoberta no Brasil daquela que pode ser a terceira maior reserva do mundo e os sucessivos recordes no preço do barril de petróleo levam senadores a propor uma redistribuição dos royalties gerados pela atividade. A idéia é corrigir distorções. Em 2007, por exemplo, o Rio de Janeiro recebeu R\$ 1,7 bi dos R\$ 2,4 bi pagos aos estados.

PÁGINA 7

Senadores reagem a ação da PF

Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Expedito Júnior vão propor nesta terça-feira a obstrução das votações na Casa. Eles protestam contra Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, que fechou madeiras no Pará.

PÁGINA 2

Prefeitos conseguem mais recursos

Durante a 11ª Marcha em Defesa dos Municípios, o presidente Lula garantiu que tributos federais passarão a ser partilhados com estados e municípios. Agora, luta de prefeitos é pela emenda que limita gastos com precatórios.

PÁGINAS 8 E 9

Salário mínimo pode chegar a R\$ 453 no próximo ano, prevê LDO

PÁGINA 3

Um plano ambicioso para o desenvolvimento da pesquisa

PÁGINA 10

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

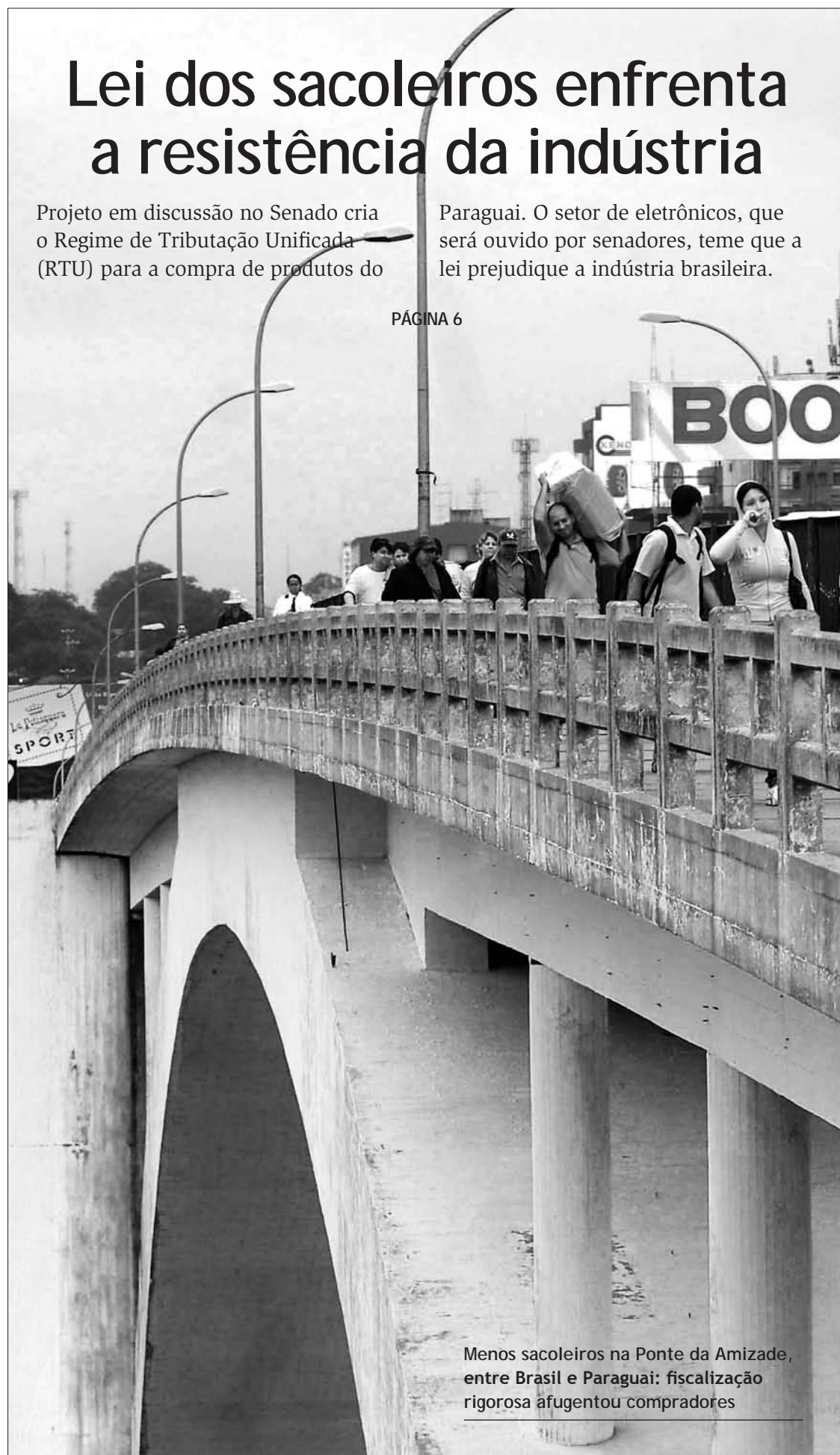
Página 13

cidadania

Causas da síndrome do pânico são desconhecidas

As causas da síndrome do pânico não foram ainda identificadas, mas os tratamentos que os médicos recomendam têm sido eficazes no controle das crises. O *Especial Cidadania* mostra como identificar os sintomas do distúrbio.

PÁGINA 16



ANTONIO CRUZ/ABR

Lei dos sacoleiros enfrenta a resistência da indústria

Projeto em discussão no Senado cria o Regime de Tributação Unificada (RTU) para a compra de produtos do

Paraguai. O setor de eletrônicos, que será ouvido por senadores, teme que a lei prejudique a indústria brasileira.

PÁGINA 6

Menos sacoleiros na Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai: fiscalização rigorosa afugentou compradores

ORÇAMENTO Proposta eleva receita a 24,33% do PIB. Gastos não ficam atrás e chegarão a 22,13% até 2010

LDO prevê aumento de arrecadação

Começou a tramitar no Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que traça o cenário econômico com que o governo trabalha para balizar gastos e receitas do Orçamento da União para 2009. Entregue pelo Executivo na terça-feira, o projeto será discutido em audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no próximo dia 30, segundo a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que nesta terça-feira deve ser designada relatora da LDO.

Sem alterar a previsão de crescimento da economia, mantido em 5% para os próximos três anos, mesmo diante da crise no mercado financeiro norte-americano e da expectativa de desaceleração econômica mundial, o governo tenciona aumentar a sua arrecadação para 24,33% do produto interno bruto (PIB) no triênio. A previsão na LDO é que a receita bruta do Tesouro no orçamento fiscal e da seguridade social atinja R\$ 757,45 bilhões no próximo ano.

Mas os gastos federais também deverão se expandir em 2009, considerando inclusive o aumento real do salário mínimo (veja ao lado). Pelo projeto, eles vão chegar a R\$ 688,95 bilhões, mantendo a proporção de 22,13% do PIB até 2011. Mesmo assim, o ministro Paulo Bernardo sustenta que o governo mantém a política de austeridade fiscal, assegurando a meta de 3,8% do PIB para o superávit primário (montante economizado para pagar juros da dívida pública).

Os investimentos que estão fora do cálculo do esforço fiscal, agrupados no Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI), deverão subir de R\$ 13,82 bilhões em 2008 para R\$ 15,56 bilhões em 2009. Apesar do aumento da taxa básica de juros decidido pelo Banco Central na semana passada, o governo prevê, para os próximos três anos, juros declinantes, inflação estabilizada em 4,5% e pequena recuperação da taxa de câmbio (veja tabela).

A LDO de 2009 traz inovações. Está previsto, por exemplo, mecanismo preventivo para o caso de o Congresso não aprovar a lei orçamentária até 22 de dezembro de 2008. Nesse caso, o governo poderia executar um quarto das despesas chamadas discricionárias, mesmo sem ter o Orçamento



Paim (C) dirigiu reunião que debateu extensão do reajuste do mínimo para as aposentadorias

aprovado. Despesas, como as de bolsas de estudo, residência médica, estagiários, contratações temporárias e ações na área de Defesa Civil, não seriam submetidas a esse limite.

Outra providência é a simplificação da LDO. A proposta do governo é enviar projetos de lei ordinária ou complementar tratando de assuntos de caráter permanente, que não precisariam ser repetidos todo ano na LDO, como medidas de transparência fiscal, inclusão de dotações na lei orçamentária anual para pagar precatórios e outras sentenças

judiciais, bem como procedimentos para encaminhar e aprovar proposições que reduzam receitas e instituem ou aumentem despesas obrigatórias.

O projeto da LDO também revela a intenção do governo de apertar o cerco sobre as transferências de recursos federais às organizações não-governamentais (ONGs). A proposta prevê que os convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, celebrados a partir de 1º de julho deste ano, exatamente quando deslançam as eleições, devem ser registrados, executados e acompanhados pelo sistema governamental de gestão de convênios. A exigência para obter maior transparência também vale para os repasses voluntários a estados e municípios, que devem disponibilizar as informações no sistema que acompanha o cronograma de execução dos contratos.

Mínimo deve chegar a R\$ 453 em 2009

O salário mínimo poderá ser reajustado para R\$ 453,67 em fevereiro de 2009. Isso se, até lá, a Câmara finalizar a votação do projeto que altera cálculo de atualização do piso nacional (PLC 42/07), que no último dia 9 foi aprovado pelo Senado. A nova regra consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviado pelo Executivo semana passada.

Embora a Secretaria de Orçamento Federal tenha embutido nas projeções das despesas que sofrem impacto direto do reajuste do mínimo, a exemplo da folha de pagamento do funcionalismo, o valor de R\$ 449,97 a partir de maio pela regra atual (reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescida da variação do PIB *per capita* do ano anterior), considerou também a hipótese de o Congresso aprovar a nova regra. Assim, o reajuste do mínimo teria

como base o INPC acumulado no período mais o crescimento real da economia de dois anos antes (o aumento do PIB de 2007).

O governo divulgou também os cálculos do salário mínimo para 2010 e 2011, pelas regras atual e futura (veja quadro). Na avaliação do senador Paulo Paim (PT-RS), isso só reforça sua convicção de que o projeto com o novo critério de reajuste do mínimo será aprovado na Câmara.

No entanto, a emenda de sua autoria que estendeu o reajuste do mínimo a aposentados e pensionistas, aprovada no Senado, transformou-se em motivo de nova queda-de-braço com o governo. A proposta foi duramente criticada pelos ministros da Previdência, Luiz Marinho, e

do Planejamento, Paulo Bernardo – que também dinamitaram o projeto de Paim que acaba com o fator previdenciário.

O benefício aos aposentados precisará, segundo Paim, da pressão dos movimentos sociais para vencer a oposição do governo.

Representantes das principais centrais sindicais e de entidades dos aposentados anunciaram em audiência na Comissão de Direitos Humanos, na última quinta-feira, que se mobilizarão para aprovar o projeto na Câmara, que já conta, conforme Paim, com apoio de grande parte do PMDB, PPS, PDT e PTB.

Na sexta, em Plenário, Paim registrou ter sido autorizado pelo movimento social a levar à frente as suas propostas, inclusive a que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas semanais.

Emenda de Paim para recuperar aposentadorias foi atacada por ministros

Reajuste do salário mínimo

(Cálculos incluídos na LDO pelas regras atual e futura, se aprovada pelo Congresso)

Critério	2009		2010		2011	
	mês de reajuste	valor	mês de reajuste	valor	mês de reajuste	valor
LDO (INPC + PIB <i>per capita</i>)	maio	R\$ 449,97	maio	R\$ 485,49	maio	R\$ 524,12
Nova regra (INPC + PIB real)	fevereiro	R\$ 453,67	janeiro	R\$ 492,89	janeiro	R\$ 539,21

Fonte: Ministério do Planejamento

Secretário do Tesouro diz que alta da Selic aumenta a dívida pública em R\$ 2,9 bilhões

A dívida pública interna crescerá em R\$ 2,9 bilhões, em 12 meses, por conta do aumento em 0,5 ponto percentual da taxa Selic – a taxa básica de juros da economia. A projeção foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De acordo com o secretário, o acréscimo corresponde ao impacto do aumento da taxa sobre aproxi-

madamente 31% do estoque da dívida, parcela que tem como fator de correção a Selic. Na primeira alta da taxa desde 2005, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa de 11,25% para 11,75% na quarta-feira. Augustin não quis se estender sobre a decisão.

– O Tesouro tem por norma não se pronunciar sobre as decisões do Copom – declarou.

Sobre o impacto dos juros sobre

o financiamento da dívida pública e a política de superávit, Augustin declarou que o governo não pretende mudar de direção, pois essa estratégia, que está produzindo resultados positivos: o de reduzir a relação entre a dívida líquida e o PIB e o de reduzir o déficit nominal, sem impedir a execução dos projetos fundamentais para o país.

Augustin registrou que, em

2007, o superávit ficou quase empatado com a meta (2,1% do PIB) e o governo economizou R\$ 71,3 bilhões. Mesmo assim, ele disse que foi possível realizar investimentos de R\$ 22,1 bilhões, quase R\$ 5 bilhões a mais em relação ao ano anterior.

Conforme o secretário, R\$ 16,5 bilhões corresponderam aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

que fechou 2006 com nível de empenho (compromisso de execução) de 97%. Augustin disse, ainda, que o governo não quer ultrapassar a meta de superávit também este ano.

A audiência foi realizada para atender exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê a prestação de contas ao Legislativo sobre o cumprimento das metas fiscais.

PLENÁRIO

MP em discussão na Justiça é aprovada

Acordo de líderes partidários permitiu a votação de medida provisória (MP 405/07) que abriu crédito extraordinário de R\$ 5,45 bilhões para acerto de contas em 20 ministérios, órgãos vinculados à Presidência da República e Justiça Eleitoral. Os recursos são destinados a pagamento de pessoal, encargos sociais, custeio de operação e investimentos. Essa MP – que segue agora para promulgação – faz parte de um acerto orçamentário feito no final de 2007, que incluiu ainda as MPs 406/07, 408/07 e 409/07.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) iria julgar na quinta-feira ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que o PSDB apresentou contra a MP 405/07. Em 12 de março, o partido ingressou com ações de inconstitucionalidade contra esta e outras seis MPs que abriram créditos extraordinários. O STF, de fato, iniciou o julgamento. Com 5 votos a favor da Adin e 3 contra, a sessão foi suspensa para que três ministros ausentes apresentem seu voto.

Do total dos créditos, R\$ 3,99 bilhões têm origem no superávit financeiro de 2006, R\$ 670,25 milhões vêm do excesso de arrecadação e R\$ 417,12 milhões de lançamento de títulos da dívida agrária, além da anulação de dotações orçamentárias (R\$ 370,84 milhões) e de repasses de parti-

cipação no capital de empresas estatais (R\$ 1,93 milhão).

A maior fatia dos recursos – R\$ 733,46 milhões – é para o Ministério da Educação, em especial o Fundeb, que receberá R\$ 685,69 milhões. Outros R\$ 29,76 milhões

vão para as universidades federais e R\$ 18 milhões para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para a concessão de bolsas de estudo no exterior e avaliação dos programas de pós-graduação.



Líder do governo, Jucá (à frente de Gim Argelo) acertou com a oposição votação da MP que abriu créditos extraordinários

Recursos destinados ao PAC também foram liberados

A Medida Provisória 406/07, que abriu no Orçamento mais um crédito extraordinário – de R\$ 1,25 bilhão – para dezenas de programas de transportes, saneamento básico, habitação popular e recuperação das margens de afluentes do rio São Francisco, também foi aprovada pelo Plenário. Quase todos os projetos beneficiados fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O presidente da República editou a MP ao ficar claro, no fim do ano passado, que o Congresso iria atrasar em pelo menos dois meses a votação do Orçamento federal para 2008, por causa do fim da Contribuição Provisória sobre Movimen-

tação Financeira (CPMF), que tirou cerca de R\$ 40 bilhões das receitas da União. Com a MP, o governo quis evitar a paralisação ou o atraso de programas e projetos.

O Ministério das Cidades ficou com a maior fatia: R\$ 636 milhões para o financiamento de habitação popular (via Caixa Econômica Federal) e construção de esgoto sanitário em cidades com menos de 50 mil habitantes.

A aprovação da medida provisória ocorreu em votação simbólica de líderes, com votos contrários da oposição: PSDB e DEM vêm se recusando a acolher MPs com dotações orçamentárias.

Indicações de cinco embaixadores e nomeação na ANTT são confirmadas

As indicações de cinco embaixadores foram acolhidas pelos senadores. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa representará o Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, Afeganistão e Tadjiquistão. Para embaixador nos Emirados Árabes Unidos, foi aprovado o diplomata Raul Campos e Castro. Cesário

Melantonio Neto exercerá o cargo junto ao Egito, Eritreia e Somália; Edgard Antônio Casciano junto à Síria; e José Fiúza Neto, na Guiné.

O engenheiro Mário Rodrigues Júnior também teve o aval dos senadores para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Mudanças na aposentadoria rural rejeitadas

O Plenário rejeitou o projeto de lei de conversão (PLV 7/08) relativo à Medida Provisória 385/07, que prorrogou até 31 de dezembro de 2010 o prazo para requerimento de aposentadoria do trabalhador rural enquadrado como segurado contribuinte individual. A medida não foi considerada urgente pelo próprio líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto.

Recebeu voto contrário apenas do senador Osmar Dias (PDT-PR), mesmo com a promessa do líder governista de que o assunto seria tratado “em outros dispositivos”.

– Não concordo. Não só é urgente a aposentadoria do trabalhador rural quanto os agricultores familiares venderem sua produção, sem impostos, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – argumentou Osmar Dias.

Jucá justificou seu parecer lembrando que o governo baixara, em outubro, a MP 397/07, que revogou a MP 385, editada em agosto. A 397 foi editada para retirar a 385 da pauta da Câmara dos Deputados e, assim, facilitar a aprovação da MP 398/07, que criava a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), conhecida como TV pública.

Congresso mantém 97 vetos presidenciais a projetos de lei

O Congresso Nacional manteve 97 vetos presidenciais a 34 projetos de lei, em reunião na quarta-feira. A votação foi apurada pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e o resultado encontra-se na página do Senado na internet (www.senado.gov.br).

– Votaram 419 deputados e 57 senadores. Na próxima [nesta] semana, vamos prosseguir na apreciação dos vetos pelo Congresso, que é um dos compromissos que nós assumimos: que não deixaríamos de votar esses vetos – disse Garibaldi Alves Filho, presidente do Senado.

COMISSÕES

Socorro às enchentes recebe R\$ 600 milhões

A medida provisória (MP 423/08) que garante R\$ 613,7 milhões para ações emergenciais em localidades atingidas pelas enchentes nos últimos meses foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira. Como as MPs produzem efeitos imediatos, os recursos já vêm sendo utilizados na recuperação de rodovias e assistência às vítimas das enchentes em estados do vNordeste e Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso.

O crédito orçamentário foi aberto aos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional e os recursos são provenientes do superávit da União no ano passado. Uma parcela de R\$ 73,7 milhões vem da conta dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que ficaram sem aplicação.

O relator, deputado José Guimarães (PT-CE), apresentou voto pela aprovação da MP, que agora vai ser apreciada em Plenário – primeiro na Câmara, depois no Senado. Durante o debate, parlamentares salien-

taram que aquela era uma MP motivada efetivamente por fato urgente e relevante. Desde a última reforma nas regras da tramitação das MPs, essa foi a segunda vez que a CMO aprovou proposta desse tipo associada a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento.

A CMO tem a prerrogativa de analisar as MPs de crédito extraordinário editadas para atender situações de emergência e calamidade pública, conforme resolução do Congresso Nacional. Porém, o prazo de exame

não vinha sendo cumprido e as MPs acabavam sendo apreciadas diretamente no Plenário das duas Casas, sem parecer da comissão.

Nos debates, os integrantes da CMO manifestaram a intenção de atuar em conformidade com a resolução. Além de oferecer parecer às MPs de crédito extraordinário, querem ainda que duas outras modalidades de créditos orçamentários também sejam examinadas inicialmente na CMO: os especiais e suplementares, que são enviados ao Congresso como projeto de lei.

Parlamentares reconheceram que esta MP é de fato urgente e relevante

CAS avaliza compensação de débitos previdenciários

A compensação de débitos relativos a imposto ou contribuição federal com créditos referentes a outros tributos, prevista em projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES), foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Modificação sugerida pelo relator, senador Marcello Crivella (PRB-RJ), inclui também a compensação dos créditos previdenciários.

O projeto (PLS 699/07) será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A possibilidade de compensar débitos com créditos foi extinta com a criação da Super-Receita, que unificou a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria de Receita Previdenciária. Mas, diz Casagrande, a vedação não se justifica justamente porque a administração dos tributos federais foi unificada. As empresas exportadoras, que acumulam créditos relativos a impostos e contribuições, explica o senador, usavam esses créditos para pagar seus débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Aprovados diplomatas para a África

Os diplomatas Elim Saturnino Ferreira Dutra e Jorge José Frantz Ramos, indicados para representar o Brasil nas repúblicas africana da Tunísia e do Mali, respectivamente, tiveram seus nomes aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE).

Presidente da comissão, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) aplaudiu as duas indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que agora seguem para votação no Plenário do Senado.

INVESTIGAÇÕES

Marisa faz balanço positivo da CPI

A presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), avaliou que o trabalho da comissão já apresenta os primeiros resultados positivos, citando como exemplo denúncias feitas por integrantes da própria CPI contra o reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto.

O reitor é acusado de ter gastado cerca de R\$ 12 mil em compras no exterior com cartões corporativos. Ulysses Fagundes Neto já anunciou que devolverá ao Tesouro Nacional tudo o que gastou com os cartões nos últimos dois anos.

– A CPI está trazendo casos à tona. Mas Brasília também tem que entrar nas investigações. Temos que aprofundar os trabalhos – disse Marisa Serrano.

A senadora decidiu não realizar reuniões plenárias da comissão nesta semana para dar tempo aos parlamentares de analisarem o material contido nas 1.500 caixas de documentos recebidas do governo federal.

Para Marisa Serrano, o controle dos 11 mil ecônomos, como são chamados os funcionários públicos que têm cartões corporativos, “está frouxo”. Isso fica evidenciado pela quantidade de irregularidades

encontradas diante do pouco que se investigou, segundo ela.

– Não podemos compactuar com o ilícito. Este não pode ser o país da impunidade – disse.

A presidente da comissão mista de inquérito destacou, porém, que a punição de eventuais culpados não é competência do Congresso Nacional e, sim, do Judiciário. O que os parlamentares podem fazer, explicou, é encaminhar as denúncias a entidades como a

Controladoria Geral da União e o Ministério Público.

Documentos sobre gastos feitos com cartões corporativos e contas tipo B relativos a 20 órgãos do governo federal foram entregues, em 348 caixas, à secretaria da CPI Mista dos Cartões Corporativos. Os documentos chegaram na última segunda-feira em dois caminhões-baú do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Marisa Serrano (ao lado de Maurício Rands e Luiz Sérgio) comemora avanços; opositores como Azeredo, Virgílio, Flexa e Alvaro Dias ainda cogitam instalar nova CPI



Acesso irrestrito a documentos do TCU é motivo de polêmica

Marisa Serrano anunciou que marcará uma reunião administrativa da CPI mista para discutir os procedimentos de análise de dados sigilosos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Parlamentares ligados ao governo propuseram que apenas um grupo de integrantes da comissão tenha acesso a esses dados, enquanto Marisa Serrano e parlamentares opositores reivindicaram o acesso a todos os membros da CPI.

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) comentou que acordo firmado entre governo e oposição, que garantiria esse acesso irrestrito aos documentos, teria como objetivo proteger ministros e ex-ministros do governo federal de uma eventual convocação para deporem. O deputado afirmou, entretanto, que o DEM não participou desse acordo.

A presidente da comissão garantiu não ter havido entendimento no sentido de não se votar convocação de ministros. Embora tenha dito que não aceitaria tal proposta nem como presidente da comissão nem como senadora, ela disse que “sempre fará acordos para permitir que a comissão avance”.

Reitor da Unifesp terá que explicar despesas irregulares

A CPI mista aprovou na semana passada 11 requerimentos, em sua maioria decorrentes de acordo entre o governo e a oposição. Entre eles, a convocação do reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, acusado de realizar compras irregulares com cartão corporativo.

Fagundes Neto gastou cerca de R\$ 12 mil na compra de artigos esportivos, aparelhos eletrônicos, cerâmicas e malas durante viagens ao exterior. A idéia de convocar o reitor foi do deputado Vic Pires Franco (DEM-PA), mas o deputado Índio da Costa (DEM-RJ) recebeu, do próprio reitor, a informação de que os recursos já teriam sido devolvidos aos cofres públicos.

Entre os requerimentos aprovados, estão o que pede os nomes de todos os titulares de cartões corporativos do governo federal e os que requerem ao TCU e à Controladoria Geral da União (CGU) informações sobre gastos de ministérios, autarquias, secretarias e outros órgãos.

Jucá propõe anular convocação de Dilma para falar sobre cartões

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que “não há nenhuma angústia, nenhuma pressa” para resolver o problema gerado com a aprovação da convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para falar sobre o suposto dossiê relativo a gastos do governo passado com cartões corporativos. O senador confirmou que vai rerepresentar o requerimento em que solicita a anulação da convocação.

– A base do governo pretende apenas que seja anulada a convocação, que é extemporânea, que é fora do regimento da comissão. A ministra Dilma virá à CI para tratar do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], mas a comissão não tem nenhuma pertinência com inquirição sobre cartão corporativo ou investigação da Polícia Federal – afirmou.

Para Jucá, o governo quer “ver a ministra brilhar” em sua passagem pelo Senado.

– Queremos que a ministra venha à CI falar sobre as importantes obras que estão sendo feitas pelo PAC e a forma como o Brasil está se preparando para o crescimento econômico.

Virgílio diz que nova comissão depende das atitudes do governo

Líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM) reiterou que a CPI exclusiva do Senado para investigar irregularidades no uso de cartões corporativos está “em stand by” e não será instalada se a base governista deixar de pôr obstáculos às investigações e aprovar todos os requerimentos, inclusive o de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na CPI Mista dos Cartões Corporativos.

– Não tem nada que impeça o funcionamento da CPI. Basta, agora, nós termos a reunião para instalá-la. Então cuidem eles, do governo, de fazer as coisas andarem direitinho lá [na CPI mista], inclusive acabar com essa tolice de que tem gasto secreto da Presidência, porque não tem.

Virgílio admitiu que, se a base governista se comportar dessa maneira, não vê motivos para a existência de duas comissões para investigar o mesmo fato.

– A nossa parte está andando. A deles é que não está. Nós queremos apuração – frisou o parlamentar.

Diretor da Editora da UnB depõe na terça

O depoimento do diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília, Alexandre Lima, à CPI das ONGs foi confirmado para esta terça-feira. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), após junta médica do Senado ter considerado que o depoente tem condições de comparecer à CPI, ao contrário de atestado médico afirmando que o depoente não poderia comparecer ao Senado pelos próximos 60 dias.

O diretor-executivo prestará esclarecimentos sobre a liberação

de R\$ 14 milhões – de um total de R\$ 25 milhões classificados como serviços de terceiros – para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico da Saúde, que também teria liberado verbas para a editora destinadas ao programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu o depoimento, quer saber qual a relação da editora com esses programas.

A CPI das ONGs decidiu também enviar ao Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Infor-

mação do Banco Central (Desig) uma relação com os nomes e cadastros nacionais de pessoas jurídicas (CNPJs) de ONGs suspeitas de terem recebido irregularmente recursos do exterior.

Na sexta-feira, em Plenário, Heráclito Fortes (DEM-PI) sugeriu que os recursos desviados por ONGs sejam aplicados em programas de modernização administrativa. Ele registrou ainda que, “apesar do esforço do governo para que não houvesse a prorrogação”, a CPI das ONGs obteve maior prazo para desenvolver seus trabalhos.

Projeto exige licitação pública até para convênios com ONGs

O governo deve fazer licitações, obrigatoriamente, para firmar convênios com entidades sem fins lucrativos – nas quais se incluem as ONGs.

Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) altera a Lei 8.666, de 1993 – Lei das Licitações – e, de acordo com o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), “tem um caráter

moralizador”.

Segundo o relator, há um aumento da participação das ONGs na prestação de serviços públicos, fenômeno que “compõe o cenário da diminuição da prestação direta de serviços pelo Estado, em favor do crescimento das chamadas organizações não-governamentais na sua prestação, que temos observado como tendência e que se tem acentuado nos últimos dez anos”.

VAREJO Presidentes do Brasil e do Paraguai querem legalizar comércio entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu

Indústria resiste à lei dos sacoleiros

Com as operações da Polícia Federal para apreensão de mercadorias contrabandeadas e o rigor da Receita Federal na Ponte da Amizade, o comércio na cidade paraguaia de Ciudad del Este entrou em colapso. A vizinha brasileira Foz do Iguaçu também sentiu duramente a retração da economia com a debandada dos sacoleiros, que lotavam seus hotéis para fazer compras no Paraguai. Mas as duas cidades poderão ter um novo impulso se for aprovado o projeto que cria o Regime de Tributação Unificada (RTU) para a importação de produtos do Paraguai.

A alíquota proposta é alta: 42,25%. E há o limite anual de

compras, que deve ficar entre R\$ 120 mil e R\$ 150 mil. Mas a proposta – fruto de acordo entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicanor Duarte, do Paraguai, para formalizar o comércio de sacoleiros na fronteira – já enfrenta oposição de parte da indústria. De todo modo, só os sacoleiros que optarem por abrir empresas microimportadoras, aderindo ao Simples Nacional, terão direito à tributação simplificada para os produtos importados. Ao aprovar o projeto do Executivo (PLC 27/08), os deputados previram uma comissão para monitorar o RTU e o fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai, deixando a Receita Federal com a

tarefa de fazer relatórios mensais. Os deputados também proibiram a importação de produtos não destinados ao consumidor final.

– O projeto estimula a atividade econômica, porque acaba com a ilegalidade e transforma sacoleiros em microempresários – diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Mas a indústria de eletrônicos é contra. Em carta ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, afirma que a tentativa de legalizar o comércio na fronteira do Brasil com o Paraguai não pode prejudicar a indústria

brasileira.

– A adoção do RTU é uma violação à União Aduaneira, que pode ser agravada pelo direito de outros países solicitarem idêntico tratamento – adverte Barbato.

Arthur Virgílio apoiou o pedido do relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), para que o projeto seja discutido nesta quinta-feira com representantes de ministérios e da indústria. Virgílio disse defender “não somente os produtores do Pólo Industrial de Manaus, mas a indústria nacional como um todo”.

O projeto tramita em regime de urgência no Senado e também na Representação Brasileira no Par-



Arthur Virgílio luta contra a aprovação de projeto que legaliza comércio na fronteira

lamento do Mercosul. A previsão é de que chegue ao Plenário até o fim de abril.



Aumento da fiscalização federal afugentou da Ponte da Amizade, entre o Brasil e o Paraguai, milhares de sacoleiros; indústria se opõe à idéia de legalizar a atividade dos ambulantes

Feirantes também fazem críticas

As críticas ao chamado Projeto do Sacoleiro não vêm só da indústria. Para o diretor da Associação dos Vendedores Ambulantes de Foz do Iguaçu, Walter Negrão, a alíquota de tributação de 42,25% é muito alta para os sacoleiros.

– O vendedor ambulante tem despesas de hotel e ônibus quando vai comprar sua mercadoria, restando a ele uma margem de lucro que possibilita só a sobrevivência – diz.

Ele defende, para os vendedores ambulantes autônomos,



Absalão Calado acredita que o projeto de lei dará dignidade ao trabalho dos sacoleiros

alíquotas entre 15% e 20% e limite de US\$ 30 para cada produto importado.

Desde 2007, com a fiscalização mais rigorosa do limite mensal de US\$ 300 para compras no Paraguai, os compradores mudaram de rumo para São Paulo, segundo o diretor da associação. Nas viagens com outros sacoleiros, relata, é comum ouvir que eles não têm como pagar a alíquota prevista pelo projeto de lei e irão continuar comprando seus produtos na capital paulista.

O presidente da delegacia do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) em Foz do Iguaçu, Alfonso Burg, avalia que o projeto “ajuda muito pouco o sacoleiro que precisa”, beneficiando apenas empresas maiores que serão constituídas para legalizar o contrabando.

– Qual é o sacoleiro que tem R\$ 150 mil para comprar, mesmo de forma parcelada? O sacoleiro trabalha com valores pequenos, compra R\$ 2 ou 3 mil, vende e volta para comprar. Ele não quer pagar impos-

tos e a carga tributária estipulada pela proposta é pesada para ele – diz Burg, ressaltando ainda a dificuldade de alocar servidores da Receita Federal para fiscalizar as importações.

Mas, para Absalão Calado, presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília, que reúne 2.090 comerciantes – a maioria inscrita no Simples Nacional –, a proposta pode dar dignidade a quem trabalha com importação. Mesmo reclamando da alíquota do Regime de Tributação Unificada, Absalão considera importante legalizar a atividade dos sacoleiros.

– A lei poderá evitar constrangimentos pelos quais passamos hoje, com a invasão da feira por camburões de polícia – afirma.

Francisca Ferreira Viana, que paga pela concessão de uso de uma banca na feira e está inscrita no Simples Nacional, diz que os comerciantes hoje “ficam na mão das importadoras”, que definem os preços. Ela acha que a nova lei beneficiará os consumidores, já que os comerciantes poderão comprar os produtos.

Sacoleiros terão restrições; alíquota soma vários impostos

O PLC 27/08 estabelece que o Regime de Tributação Unificada (RTU) irá beneficiar empresários optantes do Simples Nacional, cuja receita bruta anual é igual ou inferior a R\$ 240 mil. A alíquota única de 42,25% sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas corresponde a 18% do Imposto de Importação (II); 15% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 7,60% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e 1,65% da contribuição do Programa de Integração Social (PIS). Os estados e o Distrito Federal poderão integrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao regime mediante convênio com o governo federal.

Ainda segundo o projeto, uma lista de produtos permitidos para importação será elaborada pelo Executivo, que definirá as quantidades e o fluxo trimestral ou semestral em que poderão

ser importados. Seguirá proibida a compra de armas e munições; fogos de artifícios; explosivos; bebidas, inclusive alcoólicas; cigarros; veículos automotores e embarcações; medicamentos; pneus; bens usados e com importação suspensa no Brasil.

A comissão, que de acordo com o PLC, deverá monitorar o RTU, será composta por representantes do Congresso; do Executivo; dos setores industrial, incluindo um representante do Pólo Industrial de Manaus, e de comércio e serviços.

A Câmara dos Deputados incluiu a criação do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref), proposto por Alvaro Dias. “A criação do Funref repara os prejuízos sofridos por Foz do Iguaçu com a transformação do município em Patrimônio da Humanidade. Foz oferece muito em matéria de belezas naturais e merece ser recompensada”, afirma o senador.

Armas, bebidas, cigarros e remédios, entre outros produtos, seguem vetados

PETRÓLEO Maior beneficiário, Rio de Janeiro ficou com R\$ 1,7 bilhão dos R\$ 2,4 bilhões arrecadados em 2007



Senador Aloizio Mercadante, Haroldo Lima (ANP) e Guilherme de Oliveira Estrella (Petrobras) na CAE: comissão promoveu debate na terça-feira sobre propostas de mudança nas regras de distribuição dos royalties

ANP quer taxaço maior nos campos lucrativos

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, tem defendido alterações na cobrança de royalties, prevista na Lei do Petróleo, de 1997. Ele pretende levar suas sugestões ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que se reúne no início de maio. Lima se manifestou sobre os royalties na mesma ocasião em que revelou prematuramente a existência de um novo campo da Petrobras que, estima-se, contém 33 bilhões de barris de petróleo – o que gerou enorme polêmica.

Durante seminário sobre petróleo e gás natural realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Lima defendeu aumento na taxaço atual sobre a produção:

“Nós não alteramos essa forma de tributação desde a criação de lei e, nos últimos anos, os principais países produtores o fizeram. É preciso taxar mais os campos lucrativos, os que apresentarem maior potencial de retorno financeiro”.

O diretor disse que, em 1998, uma empresa que produzisse até 450 mil metros cúbicos por trimestre tinha uma rentabilidade de US\$ 40 milhões. “Atualmente, a mesma produção garante rentabilidade de US\$ 252 milhões. Isso não está certo e é preciso que o valor seja atualizado. As tabelas que determinam os valores dos royalties e das participações especiais precisam ser atualizadas”, afirmou Lima.

O que são royalties

Royalties são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro. São distribuídos aos estados, aos municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao fundo especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa aos estados e municípios de acordo com os critérios definidos em legislação específica.

Os royalties, que incidem sobre a produção de cada campo, são recolhidos mensalmente pelas empresas ao Tesouro Nacional até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A partir da Lei 9.478/97, a alíquota dos royalties passou de 5% para até 10% da produção, podendo ser reduzida a um mínimo de 5%, tendo em vista fatores como riscos geológicos e expectativas de produção.

Cristovam propõe uso exclusivo das verbas em educação e pesquisa

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe, em um projeto de lei (PLS 116/08), que o dinheiro recebido por estados e municípios a título de royalties pela exploração de petróleo seja aplicado exclusivamente em programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

Cristovam afirma que, nos últimos dez anos, o montante de royalties distribuídos no país cresceu 40 vezes, passando a ter peso significativo na receita orçamentária da União e dos entes federados envolvidos com as atividades de exploração de petróleo e gás natural. “Em alguns municípios produtores,

essa receita supera as transferências constitucionais e legais”, revela.

Por isso, diz o senador, é necessário questionar para onde estão indo esses recursos e saber até que ponto a flexibilidade de uso do dinheiro tem ajudado a melhorar a qualidade de vida de quem mora nesses locais.

Cristovam ressaltou que é importante lembrar que a receita com royalties depende de um recurso não-renovável, “cuja exaustão deveria estar sendo compensada, há muito, com ações integradas nas áreas de energia, meio ambiente e educação”.

Repasse de royalties divide senadores

Um grupo de senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) formará uma subcomissão para propor mudanças na partilha dos royalties (direitos econômicos) oriundos da exploração de petróleo e gás natural. Tais royalties são recebidos por estados e municípios (nas regiões onde há prospecção de gás e petróleo), pela Marinha e por outros órgãos do governo.

O grupo foi criado por iniciativa do senador Renato Casagrande (PSB-ES) durante reunião da CAE destinada a debater a questão. Seus integrantes – que ainda não foram definidos – terão 60 dias para elaborar alternativas para o atual modelo de partilha, que data de 1997, quando foi promulgada a Lei do Petróleo.

O debate em torno dos royalties tem esquentado muito nos últimos tempos, empurrado pela alta recorde no preço do petróleo no mercado internacional. Na semana passada, o barril atingiu, pela primeira vez na história, o patamar de US\$ 116. Nesta mesma época no ano passado, o barril custava pouco mais de US\$ 60.

As descobertas de novas áreas de exploração de petróleo e gás no Brasil também funcionam como combustível para o debate. No ano passado, a Petrobras anunciou a descoberta, no litoral da região Sudeste, do campo de Tupi, que pode conter entre 5 e 8 bilhões de barris. Foi a maior descoberta de petróleo no mundo desde 2000. Mas não foi a única.

Na semana passada, veio a notícia de que a Petrobras teria descoberto outro campo, com até 33 bilhões de barris. Confirmada a descoberta, o Brasil teria o terceiro maior campo de petróleo já encontrado e entraria para o time dos dez maiores produtores mundiais. Nada mal para um país que, antes das novas descobertas, no começo de 2007, contava com reservas de 12 bilhões de barris.

Nas discussões sobre a divisão dos royalties, se digladiam quem lucra com o atual modelo e quem, com as mudanças, pretende abocanhar uma fatia maior.

No primeiro grupo, figura prin-

cipalmente o Rio de Janeiro, que embolsou R\$ 1,7 bilhão dos R\$ 2,4 bilhões pagos em royalties em 2007. Para comparar, o segundo estado que mais recebeu direitos econômicos no ano passado, o Rio Grande do Norte, viu entrar no caixa R\$ 169 milhões.

A distribuição é desigual também dentro do estado. Apenas nove municípios fluminenses recebem 62% dos recursos provenientes da exploração do petróleo, de acordo com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, que defende mudanças no atual sistema de partilha. “Só o município de Campos recebe 25% dos royalties, enquanto municípios limítrofes não recebem nada”, disse Mercadante ao *Jornal do Senado*.

IBGE

Uma das questões cruciais – e que dá margem a disputas envolvendo estados e municípios – é de ordem geográfica. Afinal, o que fazer quando uma jazida se estende por mais de um estado? E se, como é comum no Brasil, a jazida está localizada abaixo do fundo do mar, ao longo da costa de mais de um estado?

É o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que determina, a partir dos critérios cartográficos, qual parcela das reservas – e, portanto, dos royalties – cabe a cada estado. “O IBGE age a partir de uma regra legal e não promove nenhuma interferência indevida sobre o processo”, disse Mercadante.

A despeito do zelo do IBGE, há quem discorde das medições. O senador capixaba Gerson Camata (PMDB) afirma que as projeções das divisas do Espírito Santo mar adentro estão erradas, o que beneficiaria o Rio de Janeiro. “Basta

mudar dois graus nessas projeções para que as receitas praticamente dobrem”, disse ele

Do outro lado, Marcelo Crivella (PRB-RJ) argumenta que os royalties “são fundamentais para a economia do Rio de Janeiro”. Ele alertou que o estado não pode abrir mão dos benefícios que recebe e contrapôs à divisão dos direitos a repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “O estado de São Paulo é extremamente beneficiado pelo ICMS do petróleo, porque esse imposto incide sobre o refino e São Paulo é o maior refinador do país”, disse.

Já o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que qualquer alteração das regras só poderá ser feita por proposta de emenda à Constituição. E acrescentou que “todas as posições de Mercadante sobre o assunto sempre mencionam o Rio, como se ele quisesse tirar do estado algo que está constitucionalmente previsto”. Mercadante, por sua vez, defende que, qualquer que seja a alteração na partilha de royalties, deve haver uma regra de transição, “para não prejudicar nenhum ente da Federação”.

A parte dos estados

Veja os royalties de petróleo recebidos pelas unidades da Federação em 2007 (em R\$ milhões)

Estado	Valor real*
Rio de Janeiro	1.654,5
Rio Grande do Norte	168,8
Bahia	161,0
Espírito Santo	151,7
Amazonas	125,6
Sergipe	97,8
Alagoas	41,1
Ceará	13,9
Paraná	5,0
São Paulo	4,6
Total	2.424,0

*Corrigido pelo IGP-DI de janeiro de 2008
Fontes: InfoRoyalties, ANP e FGV

MUNICÍPIOS Marcha deste ano mobilizou o número recorde de 4,5 mil prefeitos e vereadores em Brasília

De acordo com o Censo 2007, do IBGE, os 5.564 municípios do país somam 183,9 milhões de habitantes distribuídos em:

- 2.601 municípios com até 10 mil habitantes.
 - 4.004 municípios com até 20 mil habitantes.
 - 253 municípios que mais de 100 mil habitantes.
 - 14 municípios que contam com mais de um milhão de habitantes.
- Os municípios com até 170 mil habitantes somam 97% do total.

Em 2007, os municípios receberam do Tesouro:

R\$ 33,9 bilhões, pelo Fundo de Participação dos Municípios.

R\$ 402,9 milhões, pela desoneração do ICMS, Lei 87/96.

R\$ 160,4 milhões, pelo Imposto Territorial Rural.

R\$ 2,7 milhões, pelo Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF Ouro).

R\$ 4,3 bilhões, pelas transferências voluntárias da União aos municípios.

R\$ 25 bilhões pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

R\$ 2,66 bilhões do Fundo de Compensação dos Estados Exportadores.

R\$ 3,39 bilhões do FPM das capitais.

Os 10 menores municípios em relação ao PIB/2004

Municípios e unidades da Federação	Posição ocupada	PIB a preços correntes (em R\$ 1.000)
São Félix do Tocantins (TO)	1ª	2.667
Santo Antônio dos Milagres (PI)	2ª	3.005
São Miguel da Baixa Grande (PI)	3ª	3.362
Ipueiras (TO)	4ª	3.385
Oliveira de Fátima (TO)	5ª	3.391
Taipas do Tocantins (TO)	6ª	3.512
Quixaba (PB)	7ª	3.536
Chapada de Areia (TO)	8ª	3.750
Francisco Macedo (PI)	9ª	3.760
Lagoinha do Piauí (PI)	10ª	3.980

Os 10 maiores municípios em relação ao PIB/2004

Municípios e Unidades da Federação	Posição ocupada	PIB a preços correntes (em R\$ 1.000)
São Paulo/SP	1ª	160.637.533
Rio de Janeiro/RJ	2ª	73.974.912
Brasília/DF	3ª	43.521.629
Manaus/AM	4ª	29.677.838
Belo Horizonte/MG	5ª	24.513.367
Campos dos Goytacazes/RJ	6ª	21.345.644
Curitiba/PR	7ª	19.109.744
Macaé/RJ	8ª	18.339.127
Guarulhos/SP	9ª	18.194.924
Duque de Caxias/RJ	10ª	17.955.126

Fonte: IBGE

Investimento em saúde, repasse total do ITR e transporte escolar

A presença dos prefeitos em Brasília provocou decisões que serão traduzidas em mais recursos para os municípios. Pelo Congresso, os prefeitos comemoram a aprovação do projeto (PLS 121/07) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, fixando os percentuais mínimos a serem investidos em saúde pública por União, estados e municípios.

O projeto, do senador Tião Viana (PT-AC), aprovado na semana anterior à marcha dos prefeitos, já está na Câmara dos Deputados. Pela proposta, a União deverá aplicar 10% de suas receitas correntes brutas em saúde. Os estados, 12% e os municípios, 15%.

Já o governo federal garantiu a publicação de decreto que cria o comitê gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que terá a tarefa de operacionalizar a transferência de 100% desse tributo para os municípios. Antes, a União recolhia e depois repassava às prefeituras.

O presidente Lula ainda se comprometeu a enviar projeto de lei, em regime de urgência, para regulamentar a transferência de recursos do transporte escolar para estados e municípios.

FOTOS: PAULA PIMENTA



Na XI Marcha dos Prefeitos, Garibaldi cobra redução do número de medi-

Prefeituras com recursos e meno-

Com mobilização recorde de 4,5 mil prefeitos e vereadores, a XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios garantiu mais uma série de ganhos para as administrações municipais. Logo na abertura do evento, que ocorreu entre os dias 15 e 17 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que todos os tributos federais passarão a ser divididos com estados e municípios.

– Nós precisamos acabar com essa história de o governo federal criar imposto para a sua arrecadação exclusiva – afirmou, acrescentando que, se houver aumento de qualquer alíquota para um ente federativo, a decisão valerá para

todos (veja ao lado).

O presidente também dos processos para o repasse de recursos e contratos firmados.

– Agora a prefeitura só pode receber uma vez no Portal de Serviços do Governo Federal quando pleitear recursos federais – anunciou Lula.

Durante a marcha, em Brasília, o presidente federal 6.428, que trata do repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos.

O presidente aproveitou para cobrar responsa-



Município: São Sebastião da Bela Vista (MG)
Prefeito: José Barbosa Nadalini (PSDB)
Habitantes: 5 mil
Orçamento: R\$ 7 milhões



Município: Vianópolis (GO)
Prefeito: Antonio Resende (PR)
Habitantes: 12 mil
Orçamento: R\$ 9 milhões



A realidade de cinco municípios brasileiros

Os municípios com até 170 mil habitantes somam 97% dos 5.564 existentes. Mas a grande maioria (72%) não passa de 20 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São os representantes desses pequenos e médios municípios que se dirigiram em peso a Brasília para serem ouvidos durante a marcha dos prefeitos. Muitas administrações dependem quase integralmente dos recursos federais para funcionar. Veja as dificuldades que encontram e o que esperam dos Poderes Executivo e Legislativo.

1 O que o trouxe a Brasília?
Adilson Schmitt/SC – Em primeiro lugar, prestigiar a XI Marcha dos Prefeitos, deixando claro que o ponto alto é a reforma tributária. Mas não é só isso. É o novo pacto federativo que precisa ser feito, porque não é justo hoje que a divisão do bolo, da forma que está, seja mantida. De cada R\$ 100 arrecadados neste país, somente R\$ 13 retornam aos municípios, R\$ 22 aos estados e R\$ 65 ficam com

a União. Nós entendemos que a União tem responsabilidades com os grandes eixos de desenvolvimento, com a saúde, a educação e a infraestrutura, mas é na cidade que a população reside e lá procuram pelo prefeito. É nas cidades que as coisas acontecem, como a própria arrecadação dos tributos.

Antonio Resende/GO – Temos de batalhar por questões principalmente ligadas aos impostos. Porque poucos impostos ficam com as

prefeituras e há muitas contribuições das quais não participamos. Então o interesse maior é melhorar a arrecadação, para que os municípios se tornem mais autônomos. Para não ficarmos na dependência das emendas, porque hoje, para fazermos qualquer obra, dependemos da liberação de emendas dos parlamentares.

José Carlos Carvalho/AP – Na verdade é meu último ano de mandato. Participei das quatro marchas. A gente vem para discutir com o governo federal ações que são do interesse do município. É preciso que a gente venha a Brasília buscar esse apoio. A Confederação Nacional dos Municípios tem feito um trabalho muito grande junto às várias instituições do governo e os resultados estão acontecendo.

José Nadalini/MG – Nesse evento, viemos para buscar melhorias para o município. O meu é pequeno e por isso não dependemos só da nossa arrecadação, que é pequena.

O FPM [Fundo de Participação dos Municípios] é que nos ajuda mais. Esperamos por um aumento nos recursos para a saúde, porque fica tudo por nossa conta. O estado ajuda, mas o governo federal não ajuda tanto. Ainda mais em um município longe igual ao meu, que fica a mais de cem quilômetros daqui.

Marcelo Andrade/PE – Reivindicar e fortalecer a categoria para que possamos num futuro bem próximo solidificar a união de prefeitos e conseguirmos benefícios para o nosso município.

2 Quais os principais problemas que enfrenta na administração municipal?

Adilson Schmitt/SC – A cidade de Gaspar está localizada no médio vale do Itajaí. O nosso maior problema hoje é o saneamento. Nós não temos recursos do orçamento ou receita própria que possibilite investimentos na área. Nós temos um problema sério que é uma pon-

te que interliga o município com os demais. Possuímos uma ponte que foi inaugurada em 1960, está doente. Já foram feitas duas reformas. Estamos pleiteando há quase quatro anos um novo projeto, com orçamento do governo federal, para que essa ponte possa ser reconstruída, já que irá interligar 100 quilômetros em torno de Gaspar.

Antonio Resende/GO – A grande dificuldade é com a infra-estrutura. Porque o dinheiro que nós temos, que recebemos via arrecadação municipal, é a conta para manter o pagamento em dia do funcionalismo, transporte escolar, saúde e educação. O social então, nem temos dinheiro para isso. Realmente não conseguimos fazer quase nada de obras.

José Carlos Carvalho/AP – O meu município depende exclusivamente dos repasses constitucionais: FPM e ICMS do estado. É um município pobre que tem um Índice de Desenvolvimento Humano [IDH]

MUNICÍPIOS Dirigentes locais defendem uma divisão da arrecadação tributária que beneficie mais as cidades



As provisórias para que sejam votados projetos em prol dos municípios

Memoram mais os burocracia

garantiu a simplificação e o repasse de valores de condados com a União.

Ó vai precisar se habilitar Convênios do Governo r acesso aos programas a.

trou em vigor o Decreto a de novas regras para estados, municípios e ativos.

ou a presença dos prefe- abilitabilidade compartilhada

entre os três níveis de governo e da população para combater a dengue no país.

– Precisamos ter os prefeitos como bons cúmplices da nossa política de combate à dengue, porque a dengue se dá no município – disse.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, que esteve na abertura da marcha, aproveitou para cobrar a redução do número de medidas provisórias enviadas pelo governo ao Congresso.

– Não há democracia com um Congresso manietado pelas medidas provisórias – destacou Garibaldi, ao ressaltar que as MPs acabam prejudicando a votação de projetos que interessam aos municípios.

Municípios podem perder R\$ 1,5 bi com reforma tributária

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) sobre a reforma tributária enviada ao Congresso Nacional aponta que os municípios podem perder recursos com o novo percentual de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – hoje composto por 23,5% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

– Os cálculos foram feitos para os municípios não terem perdas, mas desde 2005 a receita do IPI e do IR cresce mais do que os tributos que entrariam no novo bolo de repartição – explicou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que esteve na XI Marcha dos Prefeitos e mencionou perdas de R\$ 1,5 bilhão, com base em valores atuais.

Pela proposta, o FPM teria um percentual de vinculação de 11,7% sobre o novo bolo que passaria a contar, além do IR e do IPI, com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F), que irá abarcar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para combustíveis (Cide-Combustível).

Prefeitos querem limite para pagamento de precatórios

Os senadores manifestaram apoio aos prefeitos que estiveram em Brasília para pedir melhor repartição da arrecadação tributária e aprovação de uma série de projetos que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados e que podem ajudar na administração municipal.

Entre eles está a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os gastos das prefeituras com pagamento de precatórios.

A PEC, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cria um sistema de leilão e manda pagar do menor para o maior valor do precatório. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), entregou seu parecer na semana passada ao presidente da CCJ, Marco Maciel

(DEM-PE).

– Isso vai dar um fôlego de até 15 anos para que estados e municípios possam pagar mais de R\$ 100 bilhões, um passivo de até 40 anos de precatórios sem pagar – afirmou Raupp.

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, disse que irá buscar acordo com os demais líderes no Senado para apressar a votação da matéria.

Já Raimundo Colombo (DEM-SC) critica a distribuição da arrecadação tributária, em que 65% ficam com a União, 22% com os estados e 13% com os municípios.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é preciso haver modificações no pacto federativo.

Repasse do FPM a cidades que encolheram recebe protestos

Prefeitos de 444 municípios que registraram diminuição do número de habitantes, conforme censo realizado em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que passarão a receber menor valor do Fundo de Participação dos Municípios pedem a aprovação urgente, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 141/07.

Apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto foi aprovado há duas semanas no Senado. O texto estende ao exercício de 2008 os mesmos coeficientes atribuídos em 2007 para o repasse do fundo.

O Censo 2007 tem sido alvo de críticas de prefeitos e parlamentares. A questão foi discutida em au-

diência na última quinta-feira pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, a verba repassada aos municípios não aumenta conforme o número de habitantes, mas a cada acréscimo de 3.396 municípios. Ele propõe acabar com “faixas de múltiplos de 3.396” e substituir pelo critério de “faixa contínua”, em que o aumento da quantidade de habitantes, independentemente do número, gera aumento do repasse dos recursos.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que irá apresentar projeto de lei para garantir recursos mínimos aos municípios mais pobres.

Município: Mazagão (AP)
Prefeito: José Carlos Carvalho (PDT)
Habitantes: 14 mil
Orçamento: R\$ 12 milhões



Município: Toritama (PE)
Prefeito: Marcelo Andrade (PPS)
Habitantes: 35 mil
Orçamento: R\$ 20 milhões



Município: Gaspar (SC)
Prefeito: Adilson Luís Schmitt (PSB)
Habitantes: 55 mil
Orçamento: R\$ 55 milhões

muito baixo. Por isso precisamos desse apoio do governo federal. O governo do estado tem feito o seu papel, já que é um estado pequeno, com apenas 16 municípios, mas é imprescindível a ajuda da União.

José Barbosa Nadalini/MG – O mais difícil tem sido a questão da habitação. Tem um terreno que eu comprei no mandato passado para dar 160 casas, para resolver o problema de pessoas que precisam. Mas até hoje não conseguimos recursos do governo federal para construir porque tem de ter a infraestrutura e fica muito caro para o nosso município, que é pequeno. Esse ano é que eu consegui alguma coisa do governo do estado.

Marcelo Andrade/PE – Problemas com a saúde e educação. Também enfrentamos sérios problemas com a infra-estrutura.

3 Como essas mobilizações podem ajudar o seu município?

Adilson Schmitt/SC – Primeiro, pelo impacto positivo que isso traz. Segundo, as lideranças políticas que estavam presentes se sensibilizaram. Acho que a fala é o mais importante. Os municípios pequenos têm os mesmos problemas que grandes metrópoles, guardadas as devidas proporções. Por isso, todos têm que se unir, dar a sua contribuição. A troca de experiências ao longo dos três dias de marcha é muito importante. Os contatos são mantidos e, mais do que nunca, tudo se resolve por meio de política, do preço do feijão à passagem de ônibus, à merenda escolar.

Antonio Resende/GO – Eu acho que é sensibilizando o governo federal para distribuir melhor as rendas, que ficam muito concentradas em Brasília e vão pouco para os municípios. Com esses encontros, também aprendemos um pouco em termos de fazer alguma coisa por lá, para melhorar as relações locais.

José Carlos Carvalho/AP – O

mais importante é conseguirmos recursos para a educação e para a saúde, já que temos uma dificuldade de muito grande no cumprimento das metas.

José Barbosa Nadalini/MG – A gente vem na esperança de que surja alguma coisa. Na área de saúde, por exemplo, o que precisa comprar, a maioria é a prefeitura que banca. Se não tem remédio no posto, as pessoas vêm atrás da prefeitura. Se é preciso uma ambulância, mas não temos o carro para levar, temos de alugar para transportar para a cidade vizinha de Pouso Alegre, que atende aos casos mais urgentes.

Marcelo Andrade/PE – A consolidação no ano passado de mais um ponto percentual do FPM equivale a mais uma parcela e isso já garante o décimo terceiro dos funcionários. Somos de uma região pobre e carente em relação ao Sul e Sudeste. Então já foi algo positivo. Daí vamos reivindicando mais coisas.

4 O que já conseguiram e ainda poderão conseguir com a XI Marcha?

Adilson Schmitt/SC – Primeiro, o presidente Lula sinalizou que haverá decreto presidencial para que não seja preciso mais emitir as benditas negativas federais para cada projeto. Muitas vezes, por problema de atraso ou de pressão, acabamos sendo prejudicados. Além disso, há vontade positiva de cada bancada para que a reforma tributária não demore os mesmos quatro anos que levou o FPM para aumentar um ponto percentual. Que a reforma tributária não sirva de pretexto, em função das CPIs que estão em andamento, e que não sejamos usados como moeda de troca ou como escudo.

Antonio Resende/GO – Vai surgir alguma coisa, como todo ano. A pequena parcela que conseguimos em 2007 com o FPM já valeu a pena.

José Carlos Carvalho/AP – Precisamos de apoio para a questão

do transporte escolar, que é extremamente importante para nós, e o presidente Lula já acenou para isso. Aguardamos a reforma tributária, que irá beneficiar em especial os municípios com menos de 15 mil habitantes. O Congresso pode ajudar muito também.

José Barbosa Nadalini/MG – O presidente Lula, pelo que falou na marcha, nos deu muita esperança, principalmente para os pequenos, com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural [ITR] que agora vai ser liberado. Na outra marcha, falaram que o imposto já ia direto para o município e até hoje não foi. Até hoje o ITR arrecada para o governo federal, que depois repassa, mas não sabemos quanto o governo arrecadou. Então, mandam aquele dinheiro para nós, aquela mixaria, e fica assim.

Marcelo Andrade/PE – Esperamos pela liberação de recursos, principalmente das emendas de orçamento ou extra-orçamentárias.

PESQUISA Avanços também dependem da força da iniciativa privada e da participação das universidades

Recorde de recursos para atingir metas ambiciosas

O ministro Sérgio Rezende apresentou aos senadores o principal projeto de sua pasta, lançado em novembro do ano passado: o Plano de Ação 2007/2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I). O plano receberá um total de R\$ 41,2 bilhões em recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, de outros ministérios e de empresas estatais. Segundo o ministro, isso demonstra claramente que o governo federal está consciente de que, para atingir bons resultados e colocar o país na vanguarda do setor, será preciso investir bastante.

– É um consenso hoje nacional de que ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do nosso país – afirmou Rezende.

Durante o debate, promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES), o ministro detalhou as várias estratégias que o governo federal pretende adotar nos próximos três anos para alcançar as ambiciosas metas do plano (*veja quadro abaixo*). Um bom exemplo é a ampliação do número de bolsas de estudo, que permitirá a formação, em 2010, de 16 mil novos doutores no país.

O efetivo cumprimento das metas depende da manutenção das previsões orçamentárias para este e os próximos anos, condicionadas aos rumos da economia brasileira e mundial. Porém, são sólidas as bases para o esperado salto de crescimento.

Primeiro, em 2007, os mais de R\$ 2 bilhões arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foram novo recorde, superando, inclusive, o pico histórico anterior de verbas voltadas para C&T, nos anos 70. Em segundo lugar, o orçamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para 2008 será de R\$ 2,8 bilhões, o maior de toda a sua história.

Vários indicadores atestam que o país parece, de fato, vivenciar um círculo virtuoso no setor. O aumento das bolsas de pesquisa e estudo é um deles. Das 95 mil bolsas concedidas em 2006 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a previsão é se atingir 170 mil em 2010.

Também em 2006 atingiu-se marca histórica de 10 mil doutores titulados. O ministério não comemorou, pois reconhece que o número, aquém dos padrões dos países desenvolvidos, ainda é insuficiente para atender às necessidades de crescimento do Brasil. Por isso, o Plano de Ação tem como meta formar 16 mil doutores e 45 mil mestres em 2010.

A participação brasileira na produção científica mundial – medida pelo número de artigos científicos publicados – saltou de 0,44% em 1981 para 1,92% em 2006. Dados da Organização Mundial de Propriedade Industrial atestam que o Brasil registrou acréscimo de 4% nas patentes solicitadas no exterior.

Previsão é que o Brasil tenha 16 mil novos doutores em 2010

Principais metas do Plano de Ação (2007 a 2010)

Aumentar os investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento de **1,02%** (2006) para **1,5%** do PIB.

Elevar o número de bolsas de estudo concedidas de **95 mil** (2006) para **170 mil**.

Implementar **400** centros vocacionais tecnológicos.

Implantar **600** novos telecentros.

Ampliar as Olimpíadas de Matemática, agregando **21 milhões** de alunos e concedendo **10 mil** bolsas de estudo de ensino médio.

Ampliar a participação empresarial nestes mesmos investimentos de **0,51%** (2006) para **0,65%** do PIB.

Investimentos em P&D(*) x PIB

Os dez principais

Suécia	3,89%
Finlândia	3,48%
Japão	3,33%
Coreia do Sul	2,99%
EUA	2,62%
Taiwan	2,52%
Alemanha	2,46%
Cingapura	2,36%
França	2,13%
Canadá	1,98%

Entre os emergentes

China	1,34%
Rússia	1,07%
Índia	0,85%
África do Sul	0,86%

O Brasil e alguns latinos

Brasil	0,97%
Chile	0,68%
México	0,50%
Argentina	0,46%
Equador	0,07%

(*) Valores totais aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento, incluídos setor público e privado.
Fonte: Plano de Ação 2007/2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



Ao lado de Ideli Salvatti, ministro Sérgio Rezende detalha metas previstas em plano do governo

Senadores querem mais investimentos

Senadores que participaram do debate na última quinta-feira da apresentação do Plano de Metas da Ciência, Tecnologia e Inovação de 2007/2010 para o Desenvolvimento Nacional pediram ao ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, mais investimentos no setor. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que todo o setor de C&T deveria ser priorizado pelo governo.

– Gostaria muito de ver nossos laboratórios bem equipados e também de investimentos profundos em capital intelectual – disse.

Virgílio destacou ainda que, por falta de condições, o Brasil está tendo que conviver com

pesquisadores de outros países que desenvolvem trabalhos de ponta com base nos recursos naturais brasileiros, a exemplo da Floresta Amazônica.

– O Brasil é *démodé* quando todo mundo percebe a importância da Amazônia, menos o próprio Brasil – criticou.

Ideli Salvatti (PT-SC) observou que, se não houver desenvolvimento de pesquisa para dar sustentabilidade às necessidades da área de C&T, o Brasil perde mercado para outras nações.

Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou ser inegável que o Brasil está avançando em ciência e tecnologia, mas “não na mesma velocidade

em que o mundo avança”. A mesma opinião tem o senador Renato Casagrande (PSB-ES). Ele lembrou que nos últimos anos o Brasil teve um reforço no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, mas ainda é preciso muito mais para que o país alcance uma posição de destaque no cenário mundial.

Entre as sugestões de Casagrande, com base, segundo ele, em observações obtidas junto aos setores produtivos, estão a necessidade de correção dos valores das bolsas de estudo em 20%, a implantação de um plano de carreira para todo o sistema de C&T e ainda um maior apoio à área tecnológica nacional.

Salto tecnológico depende de pesquisas

O governo dita a política e trata de oferecer os incentivos, mas sem a força combinada da iniciativa privada e das universidades são remotíssimas as chances de um país conseguir dar o salto tecnológico que o Brasil busca alcançar neste limiar do século 21. E um dos entraves tem sido, justamente, o baixo índice de investimento das empresas nacionais em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D): apenas 0,51% do produto interno bruto (PIB).

Como revela o Plano de Ação 2007/2010, as empresas industriais que desenvolveram atividades inovativas no Brasil investiram em 2005 apenas 0,9% de

seu faturamento em P&D, muito abaixo do que ocorre em países como Alemanha, França e Holanda, em que a proporção varia entre 2,2% e 2,7%. Foi para modificar esse cenário que quatro leis (*veja quadro*) de promoção à inovação e ao desenvolvimento tecnológico foram aprovadas pelo Congresso Nacional entre 2004 e 2007.

Não é consolo saber que esse percentual é ligeiramente superior ao de nossos vizinhos argentinos (*veja ranking*) e nos coloca em uma situação mundial intermediária, à frente, por exemplo, de países como Portugal, Turquia ou Polônia. O problema é que as empresas brasileiras

absorvem pouquíssimos pesquisadores – menos de um quarto deles está na iniciativa privada, enquanto dois terços abrigam-se nas universidades.

O mesmo vale para o que as empresas brasileiras produzem e vendem para o exterior. O peso dos setores de alta e alta-média intensidades tecnológicas na estrutura industrial do país é apenas relativo. Em 2005, produtos dos dois segmentos representaram 33,5% das exportações, ainda muito abaixo dos chamados produtos primários, com 40,4%. O Brasil está à frente, uma vez mais, da Argentina (21,7%), mas muito distante do Japão (77,1%) e dos Estados Unidos (67%).

Novos mecanismos legais

Legislação procura incentivar empresas a tomarem o rumo do avanço tecnológico

Lei de Inovação (10.973/04)

- incentiva parcerias estratégicas e a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa públicos e empresas
- permite que o governo federal incentive empresas privadas que visem o desenvolvimento de inovações, tanto com participação (minoritária) de capital como com subvenção econômica ou financiamentos.

Lei do Bem (11.196/05)

- concede reduções de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para investimentos realizados por empresas em P&D;
- permite que órgãos oficiais possam subvencionar a remuneração de pesquisadores (mestres ou doutores) empregados em empresas dentro do país.

Nova Lei de Informática (11.077/04)

- estende até 2019 a vigência dos incentivos fiscais do Pólo Industrial de Manaus, com a contrapartida em investimentos de P&D pelas empresas do setor
- estimula a parceria entre o setor empresarial e as instituições de ensino e pesquisa na realização de projetos de P&D, com ênfase nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Lei da TV Digital (11.484/07)

- assegura incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores, tanto na concepção, desenvolvimento, projeto e fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores e de displays quanto na fabricação de equipamentos transmissores.

DEBATES

Especialistas defendem qualificação do professor

Em debate sobre o projeto que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb), o autor da proposta (PLS 403/07) e reitor do Centro Universitário de Maringá, ex-senador Wilson Matos, destacou a qualificação do professor e a gestão eficiente como principais variáveis da educação de qualidade. Já a avaliação de profissionais é importante e os profissionais da educação não devem temê-la.

A vice-presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, afirmou que o governo confunde qualidade com taxa de aprovação ou resultados numéricos. Para ela, como elemento mais

importante da educação, o professor necessita de qualificação e satisfação.

Já para a secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Dutra Vieira, os programas do governo incentivam o aumento do número de alunos nas escolas sem priorizar a qualidade da educação. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a seu ver, deixa profissionais “angustiadíssimos” com a qualidade de ensino.

A presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Stella Magaly Salomão, pediu uma política de longo prazo para a educação.

O debate foi proposto pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), relatora da proposta.

Fátima Cleide participa de conferência sobre educação

Como representante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a senadora Fátima Cleide (PT-RO) fez palestra, na 1ª Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb), sobre formação e valorização profissional na educação. A conferência reuniu especialistas dos setores ligados à educação básica para discutir opções e maneiras de integração dos sistemas de educação no Brasil.

Como forma de melhorar a qualidade da educação, a parlamentar defendeu a profissionali-

zação dos servidores escolares, como merendeiros, zeladores, vigias e outros não-docentes. Conseqüentemente, disse, o profissional torna-se mais valorizado e bem preparado para a educação de qualidade.

Fátima Cleide falou sobre seu projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) com o objetivo de classificar esses trabalhadores como educadores (PLS 507/03). A LDB considera profissionais da educação apenas docentes e pedagogos.

DENGUE EM DEBATE - A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública sobre “doenças negligenciadas”, entre as quais a dengue, com a presença do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da DNDi (Drugs for Neglected Diseases Initiative, ou Drogas para Doenças Negligenciadas). A sugestão foi do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)

TRANSGÊNICOS - A pedido do senador Sibá Machado (PT-AC), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu promover debate sobre a proposta que modifica a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05) para permitir pesquisa e patenteamento de sementes transgênicas estéreis. O debate sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 268/07) será realizado em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara (CRA).

FÓRUM DA ÁGUA - A relatora da Subcomissão Temporária para o 5º Fórum Mundial da Água, de 16 a 22 de abril de 2009 em Istambul (Turquia), Marisa Serrano (PSDB-MS), incluiu em seu roteiro de trabalho diligência e audiência pública para verificar atividades de conservação do Pantanal sul-mato-grossense, além da preparação para o 1º Fórum Interamericano, que ocorre em setembro no Chile. A subcomissão também vai abordar o uso e a conservação de água na Amazônia e no rio Acre.

COMISSÕES

Escola deve perceber maus-tratos em aluno

Os cursos dirigidos a professores da educação básica e os de Pedagogia poderão ser obrigados a oferecer formação sobre a identificação de sinais de maus-tratos e abuso sexual em crianças e adolescentes. É o que prevê projeto (PLS 638/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que teve o parecer favorável da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado pela CDH. A proposta segue para a

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cristovam lembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) tipifica como infração administrativa a não-comunicação pela escola de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra seus estudantes. No entanto, argumenta o senador, professores e pedagogos “não têm preparo para identificar sinais de atos de violência e abuso sexual que os

jovens tenham sofrido”.

No parecer, Patrícia alerta para o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes e a necessidade de diagnóstico rápido para combate às agressões.

Flávio Arns (PT-PR) cobrou o aumento de verbas para projetos de proteção às crianças. Já o senador José Nery (PSOL-PA) ressaltou a necessidade de uma ação firme em defesa das crianças.

Google pode assinar termo de conduta

O relator da CPI da Pedofilia, senador Demostenes Torres (DEM-GO), anunciou a provável assinatura de termo de ajustamento de conduta entre o site de buscas Google, o Ministério Público e a Polícia Federal. A intenção é diminuir a prática de atos de pedofilia no Orkut, site de relacionamento do Google.

Segundo o senador, o termo estabelece que o Google fornecerá o conteúdo das páginas fechadas no Orkut, independentemente de pedido judicial, ao MP e à PF. Também desenvolverá ferramenta para impedir que pedófilos coloquem material nas páginas e restringir o acesso a pessoas autorizadas. Representantes do Google participaram de reunião da CPI nesta semana. Demostenes informou que 90% dos crimes de pedofilia no Brasil ocorrem no Orkut.

Os integrantes da CPI aprovaram



Romeu Tuma observa o relator da CPI, Demostenes Torres, para quem a comissão vai “dar um golpe decisivo nos pedófilos”

requerimento para realização de diligência em Belém, para ouvir o bispo de Marajó, dom José Luiz Azcona Hermoso, sobre denúncia de que crianças entre 12 e 14 anos estariam se prostituindo.

Outro requerimento aprovado questiona o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a intenção do Brasil em aderir à Convenção de Budapeste, que trata de crimes cibernéticos.

Aprovado na CE, Estatuto do Garimpeiro prevê venda direta

A CE aprovou parecer favorável ao projeto do Executivo (PLC 15/08) que institui o Estatuto do Garimpeiro. O relator, João Ribeiro (PR-TO), pediu urgência para a votação em Plenário.

O texto estabelece que o garimpeiro terá direito de venda direta para o consumidor final, desde que comprove a titularidade da área de onde o minério foi extraído. O garimpeiro terá também que recuperar as áreas degradadas, muitas vezes regiões de grande valor ambiental, como a Amazônia.

CRA dá aval a projeto que beneficia trabalhador rural

A contagem do tempo de trabalho rural para usufruto de benefícios previdenciários pode ser dispensada da multa exigida pela Previdência, no caso de contagem recíproca de tempo de serviço, conforme projeto (PLS 302/06) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Pela legislação atual, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) exige o pagamento de indenização para que seja reconhecida a contagem de tempo de serviço.

Maior rigor contra “concorrência parasitária”

A lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (9.279/96) poderá ficar mais rígida para garantir maior proteção da marca contra imitações – a chamada concorrência parasitária. É o que prevê projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática (CCT).

A proposta amplia a proteção da marca contra o uso de sinais visuais idênticos ou semelhantes, sempre que o “titular da marca demonstrar que a imitação configura concorrência desleal, ou utilização indevida de imagem corporativa ou prestígio”.

Além disso, passará a ser autor de crime aquele que usar

a marca alheia, para denegrir a imagem da empresa, e aquele que usar a marca para obter vantagem econômica.

Valadares lembra que a Lei 9.279 não é explícita quanto à proteção de marcas que, “maliciosamente”, são usadas em outros ramos de atividade para os quais não estão protegidas, quando o violador não é concorrente.

Segurança nas fronteiras pode ter apoio de fundo

Os recursos do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade poderão servir também aos objetivos de garantir segurança e policiamento nas fronteiras terrestres do país. A criação do fundo é objeto da proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07) do então senador Antonio Carlos Magalhães. A emenda foi proposta por Expedito Júnior (PR-RO) e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

TRTs de Santa Catarina e Bahia têm aumento de cargos

Dois projetos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) foram acolhidos pela CCJ com a criação e alteração de funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Santa Catarina (PLC 16/08) e do TRT da Bahia (PLC 17/08). Já aprovados na Câmara, os projetos serão examinados agora pelo Plenário.

União autorizada a doar parte de terreno em Manaus a ocupantes

Projeto que permite à União doar porções de um terreno localizado em Manaus a pessoas que já o ocupam foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com a proposta, seu autor, senador Jefferson Péres (PDT-AM), quer “corrigir uma injustiça”. O projeto, que já havia sido acolhido pela Câmara, recebeu parecer favorável de Demostenes Torres (DEM-GO) e agora segue para o Plenário.

PLENÁRIO

Paulo Duque registra os 48 anos de Brasília

Paulo Duque (PMDB-RJ) comemorou o aniversário de Brasília, que completou 48 anos no dia 21. Ele afirmou que a cidade está consolidada como capital, tendo sido fundada com migrantes de todo o país, a maioria, na época da inauguração, do Rio de Janeiro. O senador lembrou campanha contra a construção de Brasília, "principalmente pela UDN", partido do qual um dos líderes foi o ex-governador do Rio de Janeiro Carlos Lacerda.

Cristovam pede o fortalecimento do diálogo entre povos

O fortalecimento do diálogo entre os povos e as nações de todo o mundo é a forma de o homem e o planeta resolverem seus principais problemas, afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O diálogo começaria por um reordenamento da globalização, a fim de que toda a população, especialmente a mais pobre, tenha acesso à plena cidadania.

Mão Santa apela a Lula para garantir porto no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) apelou ao presidente Lula para garantir a realização das obras do porto de Luiz Corrêa, no Piauí. O projeto integra as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Nosso apelo é para que essas obras aconteçam e não fiquem só no cacarejamento – disse o senador, defendendo a mobilização dos políticos do Piauí em prol da implantação do projeto.

HOMENAGENS

Sessão solene homenageia o Judiciário

O Congresso realizou na terça-feira sessão solene para comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil. No evento, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a desvinculação do Judiciário brasileiro da Corte de Apelação de Lisboa, do ponto de vista político, antecipou a própria independência nacional, que só ocorreria 14 anos depois. Segundo ele, as comemorações fazem lembrar a data como marco de uma trajetória de permanente aperfeiçoamento da Justiça no país.

– O Judiciário tem sido o guardião da Constituição, e creio ser esse conceito o coroamento de todo o processo histórico pelo qual passou a corte, detentora de força moral que se impõe ao respeito de todos – afirmou.

Já a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, destacou a importância do Judiciário no contexto das instituições

Serys cobra defesa do meio ambiente

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) conclamou o Congresso a "parar para pensar" questões relativas ao meio ambiente e apresentar à população posicionamento suprapartidário sobre o tema. Segundo informou, o Congresso norte-americano está realizando discussão nesse sentido.

– A questão dos produtos alimentares é suprapartidária, assim como o meio ambiente: ou todos protegem ou não terá vida para ninguém daqui a pouco.

Serys contou ter passado dois dias em Washington, na semana passada, participando de reuniões com parlamentares norte-americanos e de outros países para debater a questão do meio ambiente. Foram encontros preparatórios para um evento que discutirá, de 26 a 28 de junho, no Japão, as mudanças climáticas.

Serão abordados, afirmou, temas como energia e formas de evitar que a produção de biocombustível traga prejuízos para as florestas e a produção

de alimentos. Para Serys, a preocupação não pode ser apenas dos países desenvolvidos, uma vez que atos que prejudiquem o meio ambiente repercutem em todo o planeta.

– A co-responsabilidade dos países tem que ser em bloco. Os que têm tecnologia avançada têm que fornecer essa tecnologia para os que não a possuem, para assim conseguirmos a produção de alimentos dentro do necessário, sem prejuízos ambientais – disse Serys.

Kátia Abreu critica invasões do MST

As ocupações e manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em diversas partes do país, realizadas a título de lembrar os 12 anos do massacre ocorrido em Eldorado do Carajás, foram criticadas duramente pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

– Essas invasões são abusivas – declarou. Para ela, "o MST não respeita o direito de propriedade e pretende implantar no Brasil um socialismo autoritário".

Kátia Abreu afirmou que "tais ações são antecipadamente comunicadas ao governo e à imprensa, mas ninguém se previne nem tenta fazer algo; e esse ninguém é o governo federal".



"Não vimos em nenhum momento uma ação firme do governo", disse Kátia Abreu

– Não vimos em nenhum momento uma ação firme do governo para coibir esses atos – disse a parlamentar, para quem "o MST

perdeu o foco ao ocupar locais onde há empresas que nada têm a ver com reforma agrária".

Kátia Abreu destacou nota na qual a Vale protesta contra o bloqueio do MST na Estrada de Ferro Carajás, de propriedade da mineradora.

No texto, a empresa declara que já havia avisado a Polícia Militar do Pará sobre a possibilidade de invasão e, "mesmo assim, as autoridades da área de segurança não tomaram as medidas necessárias para evitar mais esse crime".

A senadora também avaliou que assentamentos tornaram-se "um transtorno" para os municípios.

Virgílio critica comandante da Amazônia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse concordar com declarações do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, que denominou a política indigenista brasileira de "caótica" e "lamentável", considerando uma ameaça à soberania na-

cional a demarcação de áreas indígenas contínuas em região de fronteira. No entanto, Virgílio considerou equivocado o fato de o militar ter-se manifestado em público sobre tais questões.

– Não estou defendendo o governo Lula. Mas um general

da ativa deveria se abster de opinar sobre questões políticas.

Virgílio também manifestou preocupação com as famílias que sofrem com as enchentes dos rios Madeira e Juruá. Ele cobrou do governo providências em favor dos atingidos.

Mesquita Júnior quer a manutenção do Sistema S

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse estar preocupado com a suposta tentativa do governo federal de apropriar-se de recursos do Sistema S – conjunto de 11 contribuições de categorias profissionais repassadas a instituições do direito privado, como Sesi, Senac e Senai. Conforme afirmou, o governo estaria preparando um anteprojeto de lei nesse sentido.

Mesquita Júnior chamou de "duvidoso" o pretexto dado pelo governo para se apropriar dos recursos. A intenção seria ampliar os serviços sociais e a qualificação profissional que essas entidades já promovem "com incontestável sucesso". O senador garantiu que, no Acre, a atuação do Sesc e do Senac é meritória.

Adelmir defende a regulamentação dos cartões de crédito

A indústria de cartões de crédito vem crescendo no mundo inteiro, destacou o senador Adelmir Santana (DEM-DF), mas, no Brasil, por falta de regulamentação específica, vem provocando "inúmeras distorções que devem ser corrigidas", a exemplo de práticas abusivas. Para corrigi-las, Adelmir ressaltou que tramita no Senado projeto que apresentou, definindo o Banco Central como órgão regulador e fiscalizador do setor.

– Nada mais lógico que tal instituição tenha poderes para controlar e definir melhor as regras para o funcionamento de um segmento que envolve, diretamente, bancos e instituições financeiras diversas – defendeu o senador.

Garibaldi (C) preside homenagem do Congresso ao bicentenário da independência do Poder Judiciário em relação à Corte de Lisboa

asseguradoras do estado de direito. Também salientou o papel desse Poder como instância na qual o cidadão "pode encontrar refúgio diante de eventuais desatendimentos de seus direitos".

Na sessão, Ellen Gracie foi condecorada por Marco Maciel (DEM-PE) com a Ordem Nacional do Congresso na classe Grã-Cruz. Em agradecimento, a ministra dis-

se que recebia a comenda "com sentimento de profundo respeito pelo Parlamento", em nome da instituição que representa e de toda a magistratura.

A solenidade teve a presença do presidente eleito do STF, Gilmar Mendes, e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Gomes de Barros, entre outras autoridades.

Senadores destacam papel das Forças Armadas

Em sessão especial de homenagem ao Dia do Exército aberta pelo presidente Garibaldi Alves, os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Magno Malta (PR-ES) e Paulo Duque (PMDB-RJ) destacaram o papel do Exército brasileiro na defesa da Amazônia.

Tuma ressaltou que o coman-

dante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, fez uma brilhante exposição sobre os problemas da região. Autor do requerimento da sessão especial, o senador destacou a necessidade de valorização profissional das Forças Armadas e da modernização dos equipamentos de defesa.

Garibaldi ressalta influência de Assis Chateaubriand

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abriu a sessão de homenagem a Assis Chateaubriand, na quinta-feira, destacando a influência do jornalista sobre os acontecimentos políticos, econômicos e culturais de seu tempo. Garibaldi é autor do requerimento de homenagem a

Chateaubriand.

O senador recordou que "Chatô", como era conhecido o jornalista, saiu aos 15 anos de Umbuzeiro, no interior da Paraíba, para, numa trajetória meteórica, construir um império de comunicação, à frente do qual esteve até 1968.

Voz do Leitor

IMPOSTOS

“Somente agora o governo federal começa a entender que a eliminação de impostos ou a diminuição da carga tributária fará bem ao mercado interno e externo, além de trazer retorno favorável ao Brasil, aumentando a arrecadação da União. Sou a favor do imposto sobre grandes fortunas desde que não atinja a classe média.”

Antonio D Agrella,
de São Paulo (SP)

PAPEL DOS SENADORES

“Senador Garibaldi Alves Filho, estou com vergonha de alguns senadores do Norte e do Nordeste. Lamento profundamente o que vem ocorrendo no Senado: a falta de ética e de respeito de alguns senadores para com o presidente Lula. É democrático fazer oposição ao governo, mas o que é muito feio para nós, brasileiros, é o desrespeito do senador Mão Santa e de outros, que usam termos pejorativos contra uma ministra de Estado e o presidente do Brasil. Para o bem do Senado e da Federação, peço providências para que os senadores trabalhem e façam oposição com qualidade. É vergonhoso assistirmos a brigas pessoais, em vez de temas de interesse nacional.”

Ivan João Ribeiro da Silva,
de Salvador (BA)

BANCOS

“O povo brasileiro não suporta mais tantos tributos, especialmente os dos bancos.”

Sebastião Pereira de Oliveira,
de Iaciara (GO)

INTERNET DISCADA

“Gostaria da ajuda dos senadores para que as operadoras de telefonia fixa possam disponibilizar o acesso de internet discada para todas

as cidades brasileiras. Por morar em uma cidade interiorana não tenho acesso a esse serviço. E o pior é que pago a mesma assinatura de uma pessoa que mora em cidades que contam com o serviço.”

Alberto Lisboa do Nascimento,
de Nossa Senhora de Lourdes (SE)

FRAUDES

“Chegou a hora de os bancos darem sua contribuição, principalmente evitando fraudes com o PIS, como as noticiadas pela imprensa. Eles deveriam ser obrigados, por força de lei, a avisar os correntistas que têm direito ao PIS e não movimentam a conta há muito tempo, mesmo que protestem por causa dos custos. Afinal, os bancos gastam muito mais mandando correspondências desnecessárias, inclusive cartões de crédito que não pedimos.”

Joélia de Souza Custódio,
de Francisco Morato (SP)

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

“A maioria das rádios comunitárias está em nome de laranjas. São de associações, ONGs e igrejas, mas pertencem a políticos que estão por trás dessas instituições e as usam para fazer censura: este não votou em fulano, ou este não é da nossa denominação religiosa. O povo até que faz denúncias, mas o Ministério das Comunicações faz vista grossa.”

Claudio Santiago,
de Maracás (BA)

EDUCAÇÃO

“Parabenizo a senadora Rosalba Ciarlini pela sua postura parlamentar e espero que os problemas da educação brasileira sejam solucionados, para que a gente possa se orgulhar do nosso país.”

Francisco Gilson Dantas de Souza,
de Caraúbas (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

Maria do Carmo de Oliveira Lima, *Caruaru (PE)*

“Qual a posição do Senado em relação à internacionalização da Amazônia e do Pantanal?”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) responde:

Não há risco de internacionalização da Amazônia, da forma como colocam. Para mim, essas especulações não passam de balela e paranóia. Ninguém, nunca, pretendeu internacionalizar a região. O que pode haver, e preocupa o Senado, é a chamada internacionalização branca. É o caso da proliferação de ONGs estrangeiras na região. Elas estão lá a mando de quem, e a que propósito? Um exemplo é a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, uma área contínua de 17 mil km² na fronteira com a Venezuela e a Guiana defendida por muitas ONGs. Oxalá o Supremo Tribunal Federal modifique isso, criando “ilhas de reservas não-contínuas”. Uma área dessas representa um quisto dentro do país. Quanto ao Pantanal, o quadro não se repete.



Agora é lei

Culturas afro e indígena nas escolas

Com base na Lei 11.645, sancionada em 10 de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passam a ser obrigatórios nos currículos escolares os diversos aspectos da história e das culturas que caracterizam a formação brasileira: a afro-brasileira e a indígena. A nova legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que incluía no currículo oficial somente a temática História e Cultura Afro-Brasileira. Desde que o estudo da cultura afro-brasileira passou a ser obrigatório – Lei 10.639/03 –, as organizações indígenas, a Coordenação de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e a Coordenação de Educação Indígena da Funai também passaram a pleitear a inclusão da cultura indígena na LDO.

As informações deverão ser passadas aos alunos em estudos sobre grupos étnicos, tais como a história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional. O objetivo é resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política. Os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Com a mudança, o governo quer modificar o estudo da história do país, que, de acordo com educadores, foi construído a partir de referências que excluem a presença de negros e indígenas como protagonistas. O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Lázaro, adiantou que o trabalho desenvolvido pelo ministério junto às comunidades gerou materiais para as comunidades e para a formação de professores. A capacitação dos docentes será feita, inicialmente, utilizando o material que já está disponível no site dominiopublico.gov.br. A secretaria convidará comunidades indígenas e indigenistas para a produção de material novo, que mostre o passado e o presente das etnias indígenas.

No Brasil há mais de 200 sociedades indígenas com línguas e organizações sociais diferentes. Com isso, o MEC espera uma regionalização. No Sul, por exemplo, o professor pode buscar materiais sobre história e cultura de índios da região, além de informações mais gerais sobre a diversidade lingüística e cultural dos índios no Brasil.

Frases

“Acho muito difícil dizer que um senador pode ter acesso aos dados e outro não. Como vamos decidir, no palitinho?”

Marisa Serrano, presidente da CPI dos Cartões, sobre decisão de permitir que só oito parlamentares examinem documentos sigilosos do TCU.

“Se a oposição quiser ficar dando golpe, podemos esvaziar todas as comissões e não dar mais quórum”

Romero Jucá, sobre o “cochilo” da base aliada que acabou permitindo a convocação da ministra Dilma Rousseff.

“Não estou ameaçando. Estou só afirmando que é o procedimento para quem se nega a cumprir a convocação”

Marconi Perillo, que prometeu processar Dilma Rousseff por crime de responsabilidade, caso ela não compareça à Comissão de Infra-Estrutura.

“Tem gente que perde eleição e quer governar, tem gente que não tem voto e quer mandar”

Ideli Salvatti, reagindo à nova convocação da ministra Dilma Rousseff.

“Sábida e sensata a decisão da direção do PT. Essa idéia esdrúxula não vai prosperar. Ela fere um dos fundamentos da democracia, que é a alternância no poder”

Jefferson Péres, em elogio à posição da direção do PT, contrária à proposta de terceiro mandato para o presidente Lula.

“Do jeito que está não pode continuar. Isso [ONGs] virou um filé para políticos de vários partidos. Só temo que a Câmara derrube”

Tasso Jereissati, em defesa do projeto que apresentou para exigir licitação para convênios com ONGs.

“Não sou cozeiro de CPI. Pelo contrário. Acho que o nascimento de uma CPI é salutar. O que aconteceu é que ela veio tratar do mesmo objeto de uma CPI já criada [a mista], e eu considero isso redundante”

Garibaldi Alves, reforçando a sua posição contrária à instalação de uma segunda CPI para investigar cartões corporativos.

Foto da Semana

Acampados na Esplanada dos Ministérios em mobilização nacional na última semana, lideranças de mais de 230 povos indígenas estiveram no Congresso para reivindicar a regulamentação de seus direitos. Na pauta, há pedidos para aprovação da proposta que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista e para rejeição de projetos que sustentam as demarcações de terras indígenas



J. FREITAS

Rádio expõe drama da "infância roubada"

A Rádio Senado leva ao ar a reportagem especial *A infância roubada - O drama das pequenas empregadas domésticas*. A atração será transmitida nesta sexta-feira, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

Um levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que, no Brasil, 410 mil crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalham em serviços domésticos.

Especialistas denunciam uma prática ainda comum em muitas regiões: pessoas pegam meninas em regiões pobres com a promessa de colocá-las na escola. Quando chegam na cidade, muitas dessas crianças são submetidas a uma jornada extenuante no serviço doméstico, o que acaba prejudicando o rendimento escolar.

A reportagem aborda o papel do Ministério Público e dos conselhos tutelares no combate ao problema e

destaca iniciativas da sociedade civil para tirar crianças e adolescentes do trabalho doméstico, como o projeto Circo de Todo Mundo, em Belo Horizonte.

A reportagem *A infância roubada - O drama das pequenas empregadas domésticas* também poderá ser ouvida pela internet, na página da Rádio Senado (www.senado.gov.br/radio).



TUCA VIEIRA/FOLHA IMAGEM

Responsabilização do Estado em debate

O Estado é responsável por atos praticados por seus agentes? Um ouvinte da Rádio Senado Ondas Curtas, que preferiu não se identificar, conta que foi vítima de uma tentativa de homicídio praticada por um suposto policial militar do Piauí. Na ocasião, o policial não usava farda. O ouvinte quer saber se

pode pedir a responsabilização do Estado pelo ato.

Sobre o tema, o programa *Fique por Dentro da Lei* conversa com Lúcio Tadeu, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí. A conversa vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.

Duo de cordas interpreta Garoto

Gênio das cordas e modernizador da música brasileira, Annibal Augusto Sardinha, o Garoto, ganha homenagem de dois dos mais atuantes instrumentistas da atualidade: Henrique Cazes (cavaquinho e violão-tenor) e Marcello Gonçalves (violão sete cordas). A apresentação, gravada em dezembro de 2007 no Clube do Choro de Brasília, será exibida pela TV Senado neste sábado (24h), com reprise no domingo (14h30). *Gente Humilde, Amoroso e Desvairada* são os destaques do repertório.

Leituras conversa com Nélida Piñon

A escritora Nélida Piñon conversa no programa *Leituras*, da TV Senado (sábado, às 9h30 e às 20h, e domingo, às 8h e 20h30), sobre seu mais novo livro *Aprendiz de Homero*, em que faz um balanço de suas leituras ao longo da vida. No livro, tece comentários sobre obras de Machado de Assis, Cervantes, Homero e até do Novo Testamento da Bíblia.

Jornalista, romancista, contista, professora, Nélida Piñon é carioca de Vila Isabel. Foi a primeira mulher a ocupar presidência na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Crianças de regiões mais pobres são submetidas a jornadas extenuantes no serviço doméstico em muitas cidades do país

O difícil acesso aos livros técnicos

Pesquisa recente demonstra que, apesar de financiados com recursos públicos, os livros técnicos e científicos destinados à formação dos universitários são caros e os estudantes têm dificuldade de adquiri-los. Essa é a conclusão de estudo do grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso

à Informação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

O *Senado Ciência*, programa que a Rádio Senado veicula nesta quarta-feira, às 8h30, entrevista Jorge Machado, coordenador do grupo responsável pelo levantamento.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Senado lança livro em homenagem a ACM

O lançamento do livro *ACM – Uma história de amor à Bahia e ao Brasil*, organizado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), encerrou as homenagens que o Senado prestou na quarta-feira ao senador Antonio

Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007.

O livro é o primeiro de uma trilogia que Antonio Carlos Júnior pretende dedicar à memória parlamentar do pai. Ele lembrou, por exemplo, que ACM foi um

ardoroso combatente do excesso de medidas provisórias. É de autoria do ex-senador a proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) que disciplina a edição de MPs. A PEC aguarda votação pelo Plenário da Câmara.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, destacou que a vida de ACM foi uma “história de amor à Bahia e ao Brasil”. Observou ainda que ACM deixou um legado para o futuro político do país.

A cerimônia de lançamento reuniu, no Salão Nobre do Congresso, parlamentares, familiares e amigos de ACM, entre eles o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) e a viúva, Arlete Magalhães.

Antes, por iniciativa de Tião Viana (PT-AC), Garibaldi inaugurou, no corredor que separa o Salão Azul do gabinete que o ex-senador ocupava, a Ala Antonio Carlos Magalhães.



Antonio Carlos Júnior (E) discursando no Salão Nobre na presença de Garibaldi Alves e de familiares de Antonio Carlos Magalhães

ILB lança na quinta Guia das Eleições 2008

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) lançará nesta quinta-feira o Guia do Eleitor Cidadão – Eleições 2008, fruto da parceria entre o Senado e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A solenidade de lançamento será às 11h30, na sede do tribunal.

O guia, elaborado por técnicos e especialistas do TSE e do Senado,

reúne orientações importantes para o eleitor que vai votar nas próximas eleições municipais, em outubro.

O Guia do Eleitor Cidadão foi desenvolvido de forma a atingir, especialmente, os eleitores do interior do país. Em pouco mais de 50 páginas, com ilustrações, textos simples e linguagem clara,

esclarece o eleitor sobre o papel dos prefeitos e vereadores, e a responsabilidade de cada um na administração e aplicação dos recursos do município.

O guia ainda orienta o cidadão a cobrar da prefeitura a realização de obras e serviços públicos, a fiscalizar as ações governamentais e a denunciar irregularidades.

Senado participa do Fórum de Tecnologia da Informação

O Senado participa, de terça-feira até quinta-feira, do 6º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), em Brasília. O tema central do evento é “Estado e Sociedade Rumo ao Desenvolvimento Tecnológico”.

A Secretaria de Informática do Senado (Prodasen) apresentará dois painéis, enquanto a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos, participará do painel sobre cooperação internacional. Os organizadores ressaltam que a “sociedade do conhecimento encontra-se em processo de formação e expansão, caracterizando-se pela aceleração dos processos de produção, disseminação e compartilhamento da informação e do conhecimento”.

Concurso premiará redação sobre Dia da Bandeira

O Senado realizará neste ano seu I Concurso de Redação, com o tema “Nossa Bandeira”. O projeto é da Secretaria de Relações Públicas.

Poderão participar alunos do ensino fundamental de estados cujas secretarias de Educação aderirem ao concurso. Cada escola deve selecionar uma redação e enviá-la à Secretaria de Educação, que, por sua vez, escolherá um trabalho para representá-la.

O vencedor, o diretor da escola e o secretário de Educação participarão do Dia da Bandeira (19 de novembro) no Congresso.

Dia Mundial da Voz teve recital na Biblioteca Luiz Viana

Em comemoração ao Dia Mundial da Voz, o Senado promoveu, na Biblioteca Luiz Viana Filho, um recital com a cantora lírica Denise Tavares, acompanhada pela pianista Beatriz Salles.

A cerimônia contou com a presença de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), que destacou a importância do trabalho dos fonoaudiólogos e ressaltou a necessidade da saúde da voz para o bom desempenho de atividades profissionais, entre as quais a política. “Uma voz boa é essencial como ferramenta de trabalho”, disse Virgílio.

Denise abriu o recital com músicas do maestro Cláudio Santoro. Em seguida, cantou composições do maestro Heitor Villa-Lobos.

Presidência



O presidente do Senado, Garibaldi Alves, foi condecorado na sexta-feira com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar. A medalha foi entregue pelo presidente Lula no Quartel-General do Exército, em solenidade comemorativa ao Dia do Exército.

As condecorações, que contemplaram também a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foram outorgadas em razão dos relevantes serviços prestados pelos agraciados ao Exército Brasileiro. A insígnia da Ordem do Mérito Militar é a mais elevada distinção honorífica concedida pelo Exército.

Garibaldi recebe presidente da Índia

Ao recepcionar a presidente da Índia, Pratibha Patil, o presidente do Senado disse que a visita contribuirá para aproximar os parlamentos dos dois países. Garibaldi Alves apoiou a criação de um grupo parlamentar Brasil-Índia.

O senador comemorou a sintonia entre os dois países em instâncias internacionais, como

o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim como o Brasil, a Índia pleiteia um assento permanente no órgão.

Pratibha Patil ressaltou que a melhoria das condições de vida de seu povo, e também dos brasileiros, somente será possível se o desenvolvimento ocorrer de maneira rápida e inclusiva, com democracia.

MST propõe novo ordenamento fundiário

Garibaldi Alves recebeu de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o documento “Declaração do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em Defesa do Limite da Propriedade da Terra”. O texto pede novo ordenamento fundiário, com o aprimoramento dos instrumentos constitucionais, atualização dos índices de produtividade, aprovação da expropriação de terras onde haja trabalho escravo e limitação da propriedade privada da terra.

CULTURA AFRO - O ministro Edson Santos, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, pediu apoio do presidente do Senado para divulgação, pela TV Senado, de vídeos que contam a história da África e de heróis brasileiros negros. É parte do esforço para aplicar lei que prevê o ensino da cultura afro nas escolas.

AUDITORES - Representantes dos auditores fiscais do Trabalho e da Receita pediram a Garibaldi a intermediação com o governo para pôr fim à greve das categorias, que já dura um mês. Os auditores reivindicam reajuste salarial que equipare seus vencimentos aos de delegados da Polícia Federal e de procuradores.

ENSINO SUPERIOR - Garibaldi Alves ouviu de reitores de universidades federais apelo pela aprovação de projetos que visam aumentar cargos e recursos para a expansão universitária nas regiões pobres do país, como em Angico (RN), terra dos pais do presidente do Senado.

EVANGÉLICOS - A Frente Parlamentar Evangélica pediu a Garibaldi mudanças no projeto (PLC 122/06) que tipifica o crime de discriminação contra os homossexuais. Para os evangélicos, a proposta, do jeito que está, fomenta o preconceito e impede a liberdade de expressão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sérgio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Transtorno do pânico atinge milhões

Estima-se que entre 4 e 6 milhões de brasileiros sofram com o distúrbio chamado síndrome ou transtorno do pânico. Nos Estados Unidos, onde foi realizado um número maior de pesquisas sobre o problema, os

especialistas afirmam que 3,5% da população sofrem da síndrome e que 71% dos casos ocorrem em mulheres. Veja nesta edição como identificar e buscar tratamento para o problema.

Pessoa tem medo sem que haja motivo

Ao contrário da reação de pânico, normal diante de uma situação de perigo, um episódio de pânico começa sem motivo ou aviso prévio. Embora os sintomas variem de uma pessoa para outra, em geral começam com um estado de ansiedade agudo e extremo, uma onda de medo e desespero intensos que dificulta a respiração, acelera o coração e seca a boca. Os músculos tremem, a pessoa suava muito e tem a sensação de estar sendo sufocada. Um peso oprime o peito, parecendo um infarto, o que aumenta ainda mais o pavor. Pode aparecer náusea, às vezes acompanhada de cólicas e diarreia. A pele formiga e a pessoa tem ondas de calor e também calafrios. Sensação de que vai desmaiar, tonteira e uma leveza na cabeça completam o quadro, deixando o doente confuso e desorientado. A impressão que ela tem é de que vai morrer ou enlouquecer, e a única coisa que deseja é fugir dessa situação e obter ajuda.

Na maior parte das vezes, uma crise de pânico chega ao seu auge depois de 10 ou 15 minutos do início e desaparece,

em geral, 30 minutos depois de começar. Segundo os especialistas, 10% das pessoas, em especial as vítimas de acidentes ou de violência, podem sofrer uma ou mais crises de pânico ocasionais sem serem consideradas doentes.

Mas, se os episódios de pânico aparecem com frequência, tem-se a síndrome do pânico instalada. Aí o sofrimento fica intenso também nos intervalos entre uma crise e outra, pois o doente não faz a menor idéia de quando vai acontecer de novo, se dali a minutos, dias ou meses. Se, em consequência, a pessoa muda seu comportamento, evitando lugares e situações por medo de sofrer uma crise em locais onde não terá socorro, ela já tem uma segunda doença, derivada do pânico e chamada de agorafobia.

O problema em geral aparece entre os 15 e os 19 anos e atinge mais as mulheres (a proporção entre os doentes é de duas mulheres para cada homem). É comum o transtorno começar na adolescência, mas raramente se inicia depois dos 40 anos.

Tratamento: remédios e terapia

As causas do pânico ainda são desconhecidas. Algumas teorias estão sendo testadas e não há comprovação ou consenso entre os pesquisadores. Por enquanto a única recomendação dos médicos é que o doente dedique-se a seguir o tratamento e a levar uma vida normal, deixando de lado a preocupação com as causas do problema. A duração do transtorno também é imprevisível, e a doença tanto pode desaparecer em alguns meses como pode durar vários anos.

O tratamento inicial leva de seis meses a um ano e consiste no uso de antidepressivos, eficazes no controle das crises, e de terapia psicológica (apenas a chamada cognitivo-comportamental, que visa expor o paciente, de forma controlada, à situação que lhe causa pânico, até que ele não reaja mais). A escolha da medicação deve obedecer a critérios básicos como:

- ▶ presença de outras doenças
- ▶ uso de outros remédios
- ▶ história de reação indesejável a deter-

minados medicamentos

▶ peso e demais características do doente.

Mesmo quando bem conduzido e seguido à risca, o tratamento não cura o pânico, apenas alivia os sintomas. Como os remédios têm efeitos colaterais e pioram as crises nas primeiras 48 horas, começando a fazer efeito apenas depois de duas ou até de quatro semanas, muitos doentes abandonam a medicação, sendo que 80% têm uma recaída entre quatro e seis semanas depois da suspensão do tratamento.

Segundo a pesquisadora norte-americana Kimberly Yonkers, ao longo de oito anos depois da última crise, as mulheres têm uma chance de recaída de 64%, enquanto os homens, de 21%.

Em longo prazo, 60% dos pacientes com pânico apresentam depressão e 12% tentam suicídio. Pode acontecer também de o doente desenvolver alcoolismo, como forma de "autotratamento" da ansiedade.

Parece a síndrome, mas não é

Algumas doenças podem causar episódios de pânico ou crises parecidas. É preciso investigar se existem esses problemas antes de confirmar o diagnóstico do pânico:

Hipertireoidismo – As alterações da glândula tireóide geralmente causam vários sintomas inexistentes no pânico, como grandes alterações no peso e no dinamismo da pessoa, e podem ser diagnosticadas através de exames de sangue.

Fecromocitoma – Problema raro que provoca excesso de adrenalina e de outras substâncias no sangue, causando as crises de pânico. Um exame de sangue pode identificar a doença.

Problemas no ouvido – Apesar de não provocarem medo, sintomas de doenças

como a labirintite (tonteiras, enjôos, vômitos e desequilíbrios) podem ser confundidos com o transtorno do pânico.

Convulsões – Inesperadas e de curta duração, podem ser confundidas com o pânico, exceto se causarem perda de consciência (o transtorno de pânico não causa desmaios)

Uso de drogas e remédios – Cocaína, ecstasy, maconha, LSD, estimulantes e alguns remédios, como as anfetaminas, por exemplo (muito usadas no Brasil para emagrecer), podem produzir crises de pânico, mas uma vez eliminadas, o problema desaparece.

Doenças cardíacas – quem tem crises de pânico deve fazer exames do coração para descartar problemas cardíacos.

Apoio da família é fundamental para o bem-estar do doente

As pessoas com síndrome do pânico costumam sofrer muito duas vezes. A primeira por causa das crises e suas consequências, e a segunda em razão da incompreensão de que são vítimas. Pais, filhos e cônjuges freqüentemente criticam o doente, acusando-o de "frescura" ou coisa pior. Os médicos lembram que transtorno do pânico é uma doença como outra qualquer, que a pessoa não escolheu ter, nem pode evitar. A compreensão, a aceitação e o apoio das pessoas próximas são fundamentais para que o doente possa seguir o tratamento e levar uma vida relativamente normal.

Veja algumas recomendações para as pessoas que convivem com quem tem pânico:

Nunca diga: "Relaxe", "Acalme-se", "Você pode lutar contra isso", "Não seja ridículo!", ou "Você tem que ficar onde está" (quando o paciente quer sair).

Não faça suposições a respeito do que a pessoa com pânico precisa, pergunte a ela.

Não entre em pânico quando o doente tiver uma crise.

Proporcione a quem acaba de ter uma crise a tranquilidade necessária para se recuperar.

Seja previsível, evite surpresas.

Diga sempre coisas como: "Eu sei que você não se sente bem, mas é importante continuar indo à escola", ou "Se você conseguir trabalhar ou ir ao cinema vai se sentir melhor".

seja paciente e aceite as dificuldades do doente, mas não o trate como se ele fosse inválido. O correto é que ele tenha uma vida o mais normal possível, apesar das dificuldades.



Saiba mais

Veja algumas fontes de informações sobre o assunto:

Associação Brasileira de Psiquiatria
Av. Presidente Wilson, 164 - 9º andar
Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20030-020
(21) 2199.7500 - www.abpbrasil.org.br

Universidade de Campinas - São Paulo
RTV - Programa Saúde Mitos & Verdades
www.rtv.unicamp.br/saude/smv_1/smv-1_06.htm

Portal Bibliomed
Av. do Contorno, 2.646 - 8º andar
Belo Horizonte (MG) - CEP 30110-080
(31) 3241-4860
Revista Boa Saúde - boasaude.uol.com.br

Dr. Drauzio Varella - site oficial
drauziovarella.ig.com.br

Psicosite
www.psicosite.com.br

Batalha contra a violência muda as leis brasileiras

ANDRÉ MOURÃO/AGIF/FOLHA IMAGEM



Integrantes do Batalhão de Operações Especiais (Bope) do Rio de Janeiro, em ação na favela da Rocinha, são observados por moradora

O clamor de uma sociedade obrigada a conviver com os números estarrecedores da criminalidade tem chegado ao Senado. Veja neste **Encarte Especial** o que aconteceu com as propostas de dois pacotes antiviolência aprovados por senadores em reação aos casos de violência de grande repercussão e comoção nacional.

Mazelas do sistema prisional fomentam mais criminalidade

Retenção de recursos orçamentários, uma “constante histórica”, segundo relatório do Fundo Penitenciário, é apontada por especialistas como causa da superlotação e da ausência de políticas para ressocializar presos. Projetos buscam minimizar o caos que atinge também as instituições de menores infratores.

PÁGINA 7

Penas mais rigorosas nem sempre têm o efeito desejado

PÁGINA 6

Morosidade da Justiça, sinônimo de impunidade

Demora nos julgamentos, acúmulo de ações judiciais, recursos protelatórios e crimes impunes mesmo sob pressão da sociedade impõem ao Judiciário o desafio de acelerar a tramitação de 43 milhões de processos.

PÁGINA 3

Investimento dobra em um ano, mas poderia ser maior

Mesmo passando de R\$ 427 milhões em 2006 para R\$ 897 milhões em 2007, o orçamento para segurança pública foi cortado em R\$ 350 milhões. Até 2011, o Pronasci deve aplicar R\$ 7,1 bilhões para combater a criminalidade.

PÁGINA 4

Respostas para um drama popular

Um país em guerra, com incontáveis mortos e feridos, vítimas de armamento pesado. Essa é a constatação de muitos especialistas ao analisar os números da violência brasileira. Apesar da progressiva queda na taxa de homicídios verificada desde 2003, quando deslançou a campanha pelo desarmamento, o país ainda tem números inaceitáveis. E contabiliza as vítimas de uma violência que se transformou em rotina, agora não apenas nas grandes capitais, como mostra o Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros 2008, feito pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), em conjunto com os ministérios da Justiça e da Saúde e com o Instituto Sangari.

O clamor de uma sociedade que se acostumou a chorar os mortos pelo crime tem chegado ao Congresso Nacional. Não raro, familiares de vítimas de crimes bárbaros, de grande repercussão, vão ao Congres-



Demostenes Torres (ao microfone, entre Azeredo, Serys, Mercadante e Valadares) foi o relator da maioria dos projetos do pacote antiviência em 2007

so cobrar mudanças nas leis penais ou simplesmente pedir maior atenção do Estado para o drama da violência.

O Senado, em 2006 e em 2007, se mobilizou para votar dois pacotes antiviência. Propostas relacionadas aos mais diversos aspectos da crimi-

nalidade foram colocadas em discussão e votadas. A maioria delas agora está sob análise da Câmara dos Deputados. Algumas, porém, ainda tramitam no Senado, sem o consenso dos parlamentares. Pois, se de um lado as soluções para a violência podem ser simples,

por outro são tão complexas quanto suas próprias causas.

Neste Encarte Especial, o **Jornal do Senado** mostra o que aconteceu com os principais projetos relacionados ao combate à violência discutidos e votados no Senado nos últimos dois anos, divididos em temas

como a luta contra a lentidão da Justiça (página 3), os investimentos em segurança (página 4), o combate aos crimes do colarinho branco (página 5), o rigor penal (página 6) e o sistema penitenciário (página 7). Na página 8, um retrato da violência no país.

Em dois anos, dois pacotes antiviência

Em 2006, uma onda de ataques terroristas contra agentes públicos, orquestrada por facções criminosas dos presídios de São Paulo, deixou dezenas de mortos e alarmou a população e as autoridades. O Senado reagiu com um pacote de projetos que visavam, mais do que tudo, dificultar a mobilização de criminosos de dentro das prisões e endurecer a vida dos líderes de facções, que, mesmo presos, ordenaram os atentados.

O pacote previu um "regime de disciplina de segurança máxima", bem mais rígido, que passaria a fazer parte da vida dos chefes do crime presos no Brasil (PLS 179/05, de Demostenes Torres). Já o uso de celulares pelos detentos nas prisões seria falta disciplinar grave, tanto dos presos – que com isso teriam dificultada a progressão de suas penas – quanto dos agentes penitenciários, que seriam responsabilizados criminalmente (PLS

136/06, de César Borges).

No ano seguinte, a brutalidade do assassinato, no Rio de Janeiro, do menino João Hélio voltou a chocar o país. Ele foi arrastado por vários quilômetros preso pelo cinto de segurança do carro de sua mãe, que era roubado por bandidos, insensíveis aos apelos pela vida da criança. Seus pais, Hélcio e Rosa Vieites, foram ao Senado, convidados por Magno Malta (PR-ES). E a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), então presidida por Antonio Carlos Magalhães (1927-2007), se debruçou sobre o combate à violência. Num esforço em que foram realizadas várias reuniões extraordinárias, a CCJ votou 33 projetos com o propósito de diminuir o poder do crime no Brasil.

Um dos assassinos de João Hélio era menor de idade, o que reavivou a polêmica em torno da redução de 18 para 16 anos da idade para maioridade penal no

país. Proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que reduz de 18 para 16 anos foi aprovada por pequena diferença – 12 votos a dez –, e ainda não foi a votação no Plenário.

Não só de endurecimento das penas tratou o pacote antiviência. Entre as propostas, figuraram o fim do bloqueio de recursos orçamentários vinculados à segurança pública – PLS 134/06, de Alvaro Dias (PSDB-PR); a ampliação do rol das penas alternativas – PLS 163/07, de Aloizio Mercadante (PT-SP); o monitoramento eletrônico dos condenados em regime aberto – PLS 175/07, de Magno Malta (PR-ES); e o estímulo às empresas que formarem e contratarem mão-de-obra entre detentos – PLS 148/07, de Gilvam Borges (PMDB-AP).

Paralelamente, o Senado analisou a modernização do combate à lavagem de dinheiro – PEC 209/03, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) –, entendida como atividade fim de quase todos os delitos e, ao mesmo tempo, a grande financiadora da criminalidade do país.

Regime prisional mais rígido e proibição de celular estão entre as medidas

Para pesquisador, Brasil vive conflagração

Crimes bárbaros, de repercussão nacional, têm mobilizado a sociedade e colocado em xeque as políticas relacionadas à segurança pública. As famílias das vítimas pedem rapidez e eficiência na punição de seus autores. Porém, mais do que crimes isolados, cometidos por indivíduos perigosos, a sucessão de casos de extrema violência compõe um quadro social no Brasil. Ao analisar os registros sobre óbitos e atendimentos hospitalares em todo o país, o pesquisador Luís Mir, no livro *Guerra Civil – Estado e Trauma* (2004), classificou a situação brasileira como de guerra conflagrada, diante do grande número de mortos e feridos por armas de alto calibre.

Segundo ele, a "guerra civil" é a principal causa de morte entre as pessoas de cinco a 40 anos de idade. Cruzando dados de estudos públicos e privados, Luís Mir também afirma que a violência – que ele prefere chamar de conflito – chega a consumir 40% do total de recursos dos sistemas de saúde público e privado.

A complexidade do fenômeno costuma provocar intensos embates ideológicos: há os que entendem a criminalidade como resultado de penalidades benevolentes e ineficiência do aparato de repressão policial e os que a enxergam como resultante da grande desigualdade

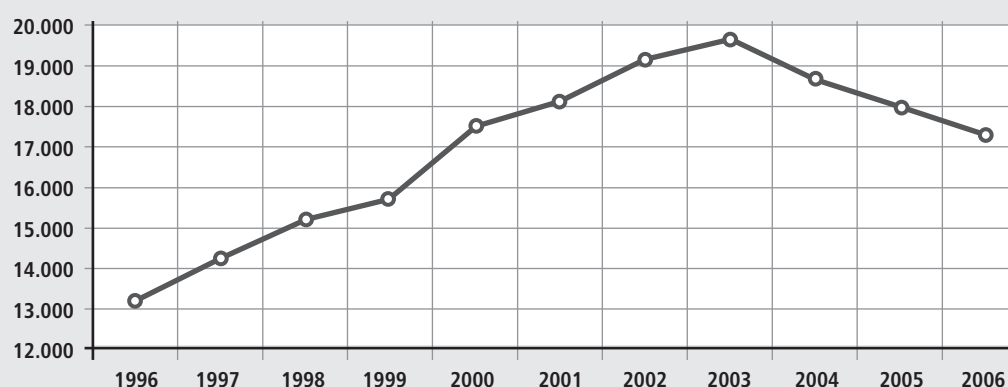
social do país e da atuação violenta do próprio Estado. No ano passado, o filme *Tropa de Elite*, de José Padilha, foi o mais visto e discutido. Ao mesmo tempo em que chocou com a crueza e o realismo das imagens, a tropa comandada pelo "Capitão Nascimento" jogou luz na inconsistência dos discursos da direita e da esquerda e questionou a própria participação da sociedade no ciclo vicioso da criminalidade.

Conforme o senador Jefferson Péres (PDT-AM), "as periferias favelizadas, em condições sociais terríveis, não são fatos causais, mas criam um caldo de cul-

tura para a violência". Para Jefferson, se não é possível acabar com o narcotráfico que hoje domina as favelas das grandes cidades, deve-se ao menos impedir que ele detenha tanto poder e crie Estados paralelos, corrompendo moradores, policiais e sistema judiciário. "Essa situação é insustentável, mas tem solução. O Brasil pode vencê-la, não podemos ser pessimistas", diz, apontando para os países que conseguiram diminuir consideravelmente os índices de criminalidade.

Como soluções, o senador lista investimentos em ordenamento urbano e presença do Estado nas periferias, agilização da Justiça, humanização das prisões e expurgo dos policiais corruptos.

Número de homicídios de jovens no Brasil (1996 a 2006)



Fonte: Microdados do SIM/SVS/Ministério da Saúde

Desafio é criar uma Justiça eficaz

Com 43 milhões de processos em tramitação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário é o mais cobrado pela sociedade quando o assunto é violência. Para vários especialistas, morosidade se tornou sinônimo de impunidade. A demora nos julgamentos, o acúmulo dos processos, os inúmeros recursos protelatórios e os crimes de repercussão nacional que ficaram impunes, apesar de intensa pressão da sociedade, impõem ao Judiciário o desafio de acelerar os processos, aumentando a eficiência. No ano passado, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, sugeriu ao Congresso Nacional um pacote de projetos para descongestionar a Justiça (veja ao lado).

O uso de meios eletrônicos – estimulado em leis aprovadas pelo Congresso – também é visto como forma de diminuir a morosidade da Justiça. Não para o juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira, da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, que considera inadequada “essa vinculação processo virtual/ celeridade nos julgamentos” e arrisca enfrentar o tabu de falar em aumento do número de magistrados. “Na minha opinião, a crise é tão intensa que é numérica”, afirma, lembrando que a corte de apelação italiana, por exemplo, conta com mais de 300 magistrados, contra os 33 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) brasileiro. Oliveira também aponta o excesso de litígios envolvendo o Estado e o uso protelatório do Judiciário pela sociedade.

– É preciso queimar etapas, reduzir a quantidade de recursos protelatórios e acabar com ritos inúteis. Um advogado hábil protela o processo até o crime prescrever – diz Jefferson Péres (PDT-AM).

“Justiça que tarda não é justiça”, declara por sua vez Pedro Simon (PMDB-RS), autor de projeto que prevê o fim do inquérito policial. Já para Demostenes Torres (DEM-GO), o inquérito é importante, mas muitos deles “têm mais carimbos do que investigação”.

– O maior problema é o excesso de recursos e o desprezo às decisões judiciais de primeira instância. A súmula impeditiva de recursos já desafogaria a Justiça. Se o juiz julga de acordo com o STJ, não há por que interpor recursos – afirma.



Hélio e Rosa Vieites, pais do menino João Hélio, arrastado até a morte, foram ao Senado convidados por Magno Malta

Mudança dificulta prescrição dos crimes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou cinco projetos propostos pelo STF para alterar o Código de Processo Penal (CPP). Coordenada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a comissão especial da CCJ que analisou as propostas também teve a participação dos senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon e Jefferson Péres. Entre os textos acolhidos, está o projeto de lei da Câmara (PLC 36/07) que simplifica o rito processual, instituindo a defesa prévia de dez dias, com a possibilidade de absolvição sumária. Aprovado com mudanças, o projeto voltou à Câmara. Ele também dá fim a cinco audiências no rito do processo ao unificar em uma só “audiência de instrução e julgamento” o interrogatório do acusado, a oitiva de testemunhas de defesa e de acusação e as alegações finais.

Na mesma audiência, o juiz dá a sentença.

Quanto à tramitação na Câmara, Ideli acredita que será rápida. “No início do ano tivemos uma reunião com os presidentes do Senado e da Câmara. Foi sugerido um acordo. Os deputados aprovariam cinco ou seis projetos prioritários escolhidos pelo Senado, que faria o mesmo em relação aos da Câmara”, relata. A expectativa é que sejam votados as matérias que mudam o rito dos processos penais.

A coleta de provas e o tribunal do júri devem ainda ter mudanças substanciais. O réu poderá propor quesitos de perícia. O juiz não poderá julgar só com base no inquérito: também terá que colher elementos. E acaba o “protesto por novo júri”, se o acusado sofrer condenação de mais de 20 anos. Além disso, a comunicação entre advogado e testemunhas durante as audiên-

cias será direta, sem a atual intermediação do juiz.

– A prescrição é um atestado de ineficiência do Estado – diz o consultor legislativo Tiago Ivo Odon. Ele considera que as propostas podem contribuir para tornar a Justiça mais rápida e evitar a prescrição de diversos crimes. Para o consultor, a grande virtude dos projetos é dar à defesa do réu mais instrumentos para discutir o mérito. Hoje, explica, ao contrário do que diz o senso comum, a defesa tem posição de inferioridade, o que leva os advogados a estratégias de protelação, com inúmeros recursos, apostando no prazo prescricional para livrar os réus.

Esses projetos tornam o CPP, de 1941, compatível com a Constituição de 1988, explica Odon. “O CPP dá muito poder ao juiz e à acusação, já a Constituição tornou o processo um instrumento de defesa do réu”, afirma.

A vítima, ou o lado esquecido do crime

“A impunidade é, por si só, uma das causas da criminalidade”, explica a jurista Ester Kosovski, especialista em vitimologia. Há algumas décadas ela trouxe para o Brasil o estudo de um lado que o Estado costuma esquecer, quando se trata de criminalidade: o da vítima. Em 1984, a jurista participou da elaboração da Declaração dos Direitos das Vítimas de Crimes e Abusos de Poder, da ONU. Nesta entrevista ao **Jornal do Senado**, Ester fala de combate à impunidade e apoio às vítimas.

O que causa a impressão na população de que há absoluta impunidade no Brasil?

– Há impressão de impunidade e ela existe. A impunidade por si só é uma das causas da criminalidade. Não é a única. E é relativa, também: na cadeia estão os pretos, os pobres e as prostitutas. A impressão também é que a prisão é a única solução, o único remédio para qualquer crime. E não é assim. No mundo inteiro já se constatou que, com a prisão, a criminalidade até pode aumentar. Existem outras modalidades de punição que, dependendo do acusado, têm mais efeito, como as penas alternativas e as restritivas de direitos. Cesare Beccaria, há 300 anos, escreveu *Dos delitos e das penas*, mostrando que o que combate o crime não é a severidade das penas, mas a certeza da punição. Tem de haver a punição certa, adequada, e nem sempre é a prisão.

Há, por parte do Estado brasileiro, preocupação com algum tipo de reparação e cuidado às vítimas de crimes?

– Até há muito pouco tempo a vítima era só o perdedor. As leis dão toda atenção ao criminoso. O Estado montou todo seu aparato, o sistema penal, para a perseguição do criminoso. Os maiores prejudicados são a sociedade e muito mais a vítima, que não pode nem depor em igualdade de condições, é apenas “interessada”. Fundamos a Sociedade Brasileira de Vitimologia, que começou um movimento de assistência a mulheres, crianças, velhos que foram vítimas. Demora, mas a gente já tem algum resultado. O primeiro sentimento é de vingança, que não beneficia a vítima. O Estado precisa prepará-la, minorar as conseqüências, evitar que o crime ocorra de novo, e até que a vítima injustiçada também se sinta no direito de agredir. A vítima precisa ser ouvida.



Ideli Salvatti e Romeu Tuma trabalharam, na CCJ, no exame de cinco projetos propostos pelo Supremo

Soluções em favor da rapidez e contra a impunidade

Projetos	Objetivos	Autor	Situação
PLC 36/07	Muda regras para coleta de provas no processo penal	Poder Executivo	Enviado à Câmara
PLC 20/07	Muda o rito do tribunal do júri	Poder Executivo	Enviado à Câmara
PLC 37/07	Simplifica o rito do processo penal ordinário	Poder Executivo	Enviado à Câmara
PEC 81/2007	Dá fim ao foro privilegiado em processos criminais	Gerson Camata	Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado
PLS nº 139/06	Prevê a videoconferência no interrogatório judicial.	Tasso Jereissati	Aprovado pela Câmara com alterações, voltou ao Senado
PLS 281/07	Suspende prescrição em crimes de responsabilidade e improbidade administrativa até a sentença do STF e STJ	Eduardo Suplicy	Enviado à Câmara
PLS 314/06	Cobrança de dívida terá nome do fornecedor do serviço	Gerson Camata	Enviado à Câmara
PLS 119/07	Dá ao Ministério Público poder de investigação	Pedro Simon	Aguarda relatório de Demostenes Torres na CCJ
PLS 688/07	Exige reputação ilibada de candidato a cargo público	Pedro Simon	Aguarda relatório de Demostenes Torres na CCJ

Em um ano, dobram os investimentos em segurança

O governo federal desembolsou R\$ 897 milhões em investimentos em segurança pública em 2007. O montante gasto (empregado na compra de novos veículos e equipamentos e melhoria de infra-estrutura, como presídios e departamentos de polícia) foi o maior desde 2002. E representa um aumento de mais de 100% em relação a 2006, quando foram investidos apenas R\$ 427 milhões.

Ao que parece, o gasto maior do governo é resultado do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), apelidado de PAC da Segurança, que foi lançado em agosto do ano passado.

Mas a verba investida poderia ser ainda maior, uma vez que o Orçamento liberou R\$

1,2 bilhão para investimentos em 2007, ou seja, cerca de R\$ 340 milhões a mais do que o efetivamente gasto. Além disso, os R\$ 897 milhões investidos no ano passado estão longe do R\$ 1,2 bilhão aplicado em 2001.

Os gastos globais, que incluem investimentos e custeio, também cresceram significativamente em 2007 nas cinco áreas do orçamento da segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo de Aparelhamento da Polícia Federal). No total, R\$ 6,3 bilhões foram aplicados no ano passado, o que representou um aumento de 23% em relação a 2006. O montante desembolsado também foi o maior dos últimos sete anos.

Os investimentos em segurança têm despertado atenção. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, propôs em 2006 projeto de lei (PLS 134) que proíbe o governo de contingenciar (deixar de gastar) recursos previstos no Orçamento para a segurança pública. Aprovado no Senado, o texto foi enviado em fevereiro de 2007 à Câmara dos Deputados, onde tramita na Comissão de Finanças e Tributação.



Alvaro Dias é autor de projeto que obriga o governo a gastar recursos orçamentários para o setor

Pronasci injeta R\$ 7,1 bilhões no combate à criminalidade

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), apelidado de PAC da Segurança, teve sua criação aprovada pelo Senado em outubro de 2007. A iniciativa estava prevista em projeto de lei de conversão (PLV 32/07) proveniente da Medida Provisória 384/07. Após retornar à Câmara por ter sido alterada pelos senadores, a matéria foi sancionada como Lei 11.578.

A MP direcionou R\$ 7,1 bilhões até 2011 para prevenção, controle e repressão da criminalidade. O Pronasci é executado pela União em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios. Conta com a participação da sociedade, com programas e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, para melhorar a segurança pública. Estão previstas a promoção dos direitos humanos; a criação de redes sociais e comunitárias; a promoção da convivência pacífica; a modernização das instituições e do sistema prisional; e a valorização dos profissionais

de segurança pública.

Mas o projeto dividiu as opiniões. Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o que disse ser um *marketing* embutido em nomes como "Mães da Paz", parte do Pronasci.

– Se o governo Lula fosse bom em governar como faz siglas... – ironizou.

Valter Pereira (PMDB-MS) lamentou o volume de investimentos anunciado – R\$ 7,1 bilhões –, para ele insuficiente. E condenou a ausência de recursos para cidades que fazem fronteira com outros países, como Bolívia e Paraguai.

Tião Viana (PT-AC) afirmou que, ao integrar ações entre os estados, o Pronasci também fortalece o princípio republicano.

Já Romeu Tuma (PTB-SP) comentou as ações para o Rio de Janeiro, incluídas no PAC da Segurança, lançado em março. Para ele, o programa é "um marco histórico".

São previstos investimentos de R\$ 2 bilhões nas favelas do Complexo do Alemão, de Mangueiras e na Rocinha.



Integrantes da Força Nacional de Segurança: mais verbas no setor, apesar de contingenciamento de R\$ 340 milhões

Mais dinheiro

Gastos subiram 23% de 2007 para 2006. Veja os gastos do governo com segurança – em R\$ milhões*

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Polícia Rodoviária Federal	719	1.042	1.057	1.200	1.306	1.714	1.905
Polícia Federal	1.309	1.454	1.787	1.949	2.114	2.554	2.914
Fundo Penitenciário Nacional	258	122	111	152	100	195	228
Fundo de Aparelhamento da PF	151	247	160	154	257	205	285
Fundo Nacional de Segurança Pública	396	271	164	381	276	184	939
Total	2.833	3.136	3.279	3.836	4.053	4.852	6.271

*Inclui restos a pagar pagos Fonte: Siafi/Contas Abertas

Fonte: Siafi/Contas Abertas

Propostas colocam segurança pública como prioridade

Projetos do pacote antiviolação de 2007

Projeto	Objetivo	Autores	Situação
Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 5/07	Criar o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade	Ex-senador Antonio Carlos Magalhães	Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tem como relator Demostenes Torres (DEM-GO)
Projeto de Lei do Senado (PLS) 135/07	Prevê o financiamento de sistemas de investigação pelo Fundo Nacional de Segurança Pública	Marconi Perillo	Enviado em maio de 2007 à Câmara, onde atualmente tramita na Comissão de Finanças e Tributação
PEC 94/03	Altera a Constituição para garantir o ensino fundamental em período integral	Demostenes Torres	Aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário
PEC 60/05 (Tramita em conjunto com a PEC 22, de 2001)	Reserva percentual fixo das receitas da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios para ações de segurança pública	Renan Calheiros e Romeu Tuma	Tramita na CCJ, onde tem como relator Demostenes Torres
PLS 134/06	Obriga o governo federal a usar os recursos do Orçamento destinados à segurança pública	Alvaro Dias	Enviado em fevereiro de 2007 à Câmara, onde atualmente tramita na Comissão de Finanças e Tributação

Projetos do pacote antiviolação de 2006

Projeto	Objetivo	Autores	Situação
PEC 22/01	Dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública	Romeu Tuma e outros senadores	Tramita na CCJ. Relator: Demostenes Torres
PEC 60/05	Prevê um limite mínimo para a aplicação de recursos na área de segurança	Renan Calheiros e outros senadores	Tramita na CCJ. Relator: Demostenes Torres
PLS 220/03	Cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Federais, Rodoviários Federais, Militares, Cíveis e Corpos de Bombeiros Militares (PSHP)	Renan Calheiros	Enviado em junho de 2006 à Câmara, onde tramita atualmente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Medidas Provisórias

Projeto	Objetivo	Autores	Situação
PLV nº 2/07, derivado da MP nº 345/07	Cria a Força Nacional de Segurança	Poder Executivo	Transformado na Lei 11.473/07
Medida Provisória (MP) 416/08	Promoveu mudanças no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), entre elas a redução na idade limite para ser atendido pelo programa, para 24 anos	Poder Executivo	Enviado em fevereiro de 2008 à Câmara, onde aguarda votação em Plenário
MP 411/07	Dispôs sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), direcionando o programa aos jovens entre 15 e 29 anos, além de autorizar concessão de auxílio financeiro aos beneficiários no valor de R\$ 100,00	Poder Executivo	Enviado em fevereiro de 2008 à Câmara, onde aguarda votação em Plenário
Projeto de Lei de Conversão (PLV) 33/07, derivado da MP 387/07	Dispôs sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e sobre a forma de funcionamento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) nos exercícios de 2007 e 2008	Poder Executivo	Transformado na Lei 11.530/07
PLV 32/07, derivado da MP 384/07	Instituiu o Pronasci	Poder Executivo	Transformado na Lei 11.578/07

“A virtude da República não depende apenas de boas leis”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) está no quarto mandato e tem papel de destaque nos debates sobre o combate à impunidade. Nesta entrevista ao **Jornal do Senado**, ele fala sobre os crimes do colarinho-branco.

Nos anos 90, o senhor presidiu uma comissão no Senado para analisar as causas da impunidade. Desde então, houve progressos?

O diagnóstico, infelizmente, continua o mesmo. Poucas iniciativas institucionais foram levadas adiante, no sentido de combater a impunidade e fiscalizar rigorosamente os Poderes da República. Um gesto elogiável, embora sem prosseguimento, foi do governo Itamar Franco, de criar uma comissão com os presidentes dos três Poderes, além do procurador-geral da República e do ministro da Justiça – os responsáveis pela formulação de leis e fiscalização dos agentes públicos. Particpei como líder do governo.

Como combater a impunidade no meio político?

A virtude de uma República não depende apenas de boas leis. Daí a importância da decisão do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais. Ele decidiu que, para aceitar o registro de candidatos, é preciso verificar a vida pregressa. Tenho um projeto nesse sentido e outro que determina a divulgação, pela Justiça Eleitoral, dos nomes dos candidatos que respondem a processos criminais e por quebra de decoro. Houve um avanço que foi o fim da imunidade total. Graças a um esforço de duas décadas, desde que estou no Senado, quando apresentei pela primeira vez um projeto contra isso. Antes, para o Supremo processar um parlamentar, precisava obter licença prévia da Câmara ou do Senado.

O senhor pede, há anos, uma Operação Mãos Limpas no Brasil, nos moldes da italiana. O Ministério Público ganharia mais poderes?

A Operação Mãos Limpas, realizada na Itália já há mais de uma década, foi um exemplo. Com base na coragem e inteligência do Ministério Público, investigou as ligações da máfia com políticos e empresários. Apesar de atentados e assassinatos de juízes, foram expedidos quase 3 mil mandados de prisão e investigadas mais de 6 mil pessoas, entre elas quatro ex-primeiros-ministros. A meu convite, dois procuradores que comandaram a operação vieram ao Senado para uma série de palestras. O MP precisa, sim, ser fortalecido para enfrentar o crime organizado e suas vinculações com o poder público.

A nova lei da lavagem de dinheiro (PLS 209/03), que o senhor relatou, permite que se recupere o dinheiro desviado?

Procurei garantir maior rigor contra o crime de lavagem de dinheiro. A nova lei aumenta a pena de prisão de dez para 18 anos, e permite que o MP tenha acesso mais fácil a cadastros de bancos, administradoras de cartões de crédito e provedores de internet. A maior inovação é que a lavagem de dinheiro passa a ser um crime específico, independentemente do delito que deu origem ao patrimônio acumulado ilegalmente. Ressalto a colaboração do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, vinculado ao Ministério da Justiça, cujas teses foram aproveitadas.



Pedro Simon sugere a verificação rigorosa da vida pregressa para registro de candidatos a eleições

Dinheiro sujo, o outro lado da violência

Corrupção e violência estão atreladas: é impossível combater uma e não a outra. Com esse entendimento, as comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos

(CAE) aprovaram em 2007 projeto de lei do Senado (PLS 209/03), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que integra o pacote antiviolação e muda a Lei 9.613 para tornar a lavagem de dinheiro um crime por si, independentemente de algum outro que o anteceda, como tráfico de drogas ou roubo.

O PLS aguarda votação no Plenário. O relator na CAE, Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que o texto foi resultado de estudos e debates em torno de vários projetos similares.

– É o primeiro passo concreto contra os crimes do colarinho-branco, talvez o mais importante projeto dos últimos tempos – disse, ressaltando que o texto extingue o conceito de “crime antecedente” e segue a tendência internacional de punir a lavagem de dinheiro independentemente da origem do patrimônio ilícito.

O PLS amplia de dez para 18 anos a pena por lavar dinheiro. E aumenta para até R\$ 20 milhões o teto da multa para a empresa que não cumprir exigências legais para garantir a apuração dos crimes do colarinho-branco.

Emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), que atende à Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, estabelece que quem financiar o crime organizado para criar pânico na população pode pegar reclusão de quatro a 12 anos.



Operação Navalha: PF recolhe documentos que envolvem políticos, empresários e servidores em fraudes de licitações de obras públicas

Projeto de Serys que mira no crime organizado aguarda votação

A CCJ aprovou em novembro de 2007 projeto de lei (PLS 150/06) da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) que define o crime organizado e estabelece a investigação, os meios de obtenção de provas, os crimes correlatos e o procedimento relativo a esse delito.

A pena prevista é de cinco a dez anos de reclusão e multa, mais agravantes e as punições pelos crimes correlatos. O PLS aguarda inclusão na pauta do Plenário.

Uma das emendas trocou a expressão “crime organizado” por “organização criminosa”, definida como a associação de três ou mais pessoas, “estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas”, com o objetivo de praticar estes crimes: tráfico de drogas, armas e órgãos; terrorismo; extorsão mediante seqüestro; lavagem de dinheiro; homicídios qualificados; e crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural.

Servidor pode ser suspenso durante processo

Os deputados federais estão analisando projeto de lei que possibilita a suspensão do titular de cargo, emprego ou função pública durante o processo por crime praticado por funcionário público. A proposta, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), seguiu para a Câmara depois de aprovada no Senado no primeiro semestre de 2007. Ela integrou o pacote antiviolação votado pelos senadores com o objetivo de melhorar a segurança pública.

O projeto (PLS 138/07) altera o Código de Processo Penal e estabelece que, nos crimes praticados por funcionários públicos, o juiz poderá determinar a suspensão do servidor, sem remuneração, de forma a garantir que ele não interfira no processo. Mas, antes disso, deverá ouvir, no prazo de 15 dias, as testemunhas indicadas pela acusação ou defesa, e decidirá nas 24 horas seguintes.

A suspensão poderá vigorar até a sentença final no processo. Se o servidor for absolvido, deverá retomar suas funções e receber a remuneração referente ao período em que esteve afastado.

O texto foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e deve ir agora à CCJ da Câmara.

Punição para colarinho branco e crime organizado

Projetos do pacote antiviolação - 2007

Projeto	Objetivo	Autores	Situação
Projeto de Lei do Senado PLS 119/05	Aumenta as sanções sobre enriquecimento ilícito durante mandato eletivo ou exercício de cargo público, nos casos em que estejam envolvidas verbas para saúde e educação. Muda a Lei 8.429, de 1992.	Papaléo Paes	Enviado em abril de 2007 à Câmara, onde tramita atualmente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
PLS 150/06	Trata da repressão ao crime organizado	Serys Shlessarenko	Aprovado na CCJ em novembro de 2007, aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário
PLS 140/07	Especifica dados financeiros que não serão considerados sigilosos para fins de investigação criminal	Demostenes Torres	Incluído na ordem do dia
PLS 209/03 (Tramita com os PLS 48/2005, 193/2006 e 225/2006)	Altera a Lei 9.613, de 1998, para tornar mais eficiente a punição a quem comete crimes de lavagem de dinheiro	Antônio Carlos Valadares	Aprovado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ), aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário
PLS 138/07	Altera o Código de Processo Penal para possibilitar a perda do cargo, emprego ou função durante o processo que julgar crime praticado por funcionário público	Demostenes Torres	Enviado em junho de 2007 à Câmara, onde foi aprovado, em abril de 2008, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
PLS 79/05	Define os crimes contra o sistema financeiro nacional	Pedro Simon	Enviado em junho de 2007 à Câmara, onde tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça
PLS 34/03	Duplica a pena por tráfico de drogas quando ocorrer dentro ou nas imediações de escolas e universidades, envolvendo ou visando criança ou adolescente	Senador licenciado Hélio Costa	Enviado em agosto de 2007 à Câmara, onde tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça
PLS 310/05	Obriga a divulgação de todas as informações referentes a prêmios de loterias da Caixa Econômica Federal, de forma a coibir fraudes	Ex-senador Rodolpho Tourinho	Enviado em julho de 2007 à Câmara, onde tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça

Projetos do pacote antiviolação - 2006

PLS 138/06	Prevê a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado de crime e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para pedido de restituição ou disponibilidade dos bens	Ex-senador Antonio Carlos Magalhães	Enviado em junho de 2006 à Câmara, onde aguarda votação em Plenário
PLS 140/06	Estende o benefício da redução de pena a condenados presos que colaborarem com qualquer investigação policial ou processo criminal	Álvaro Dias	Enviado em junho de 2006 à Câmara, onde aguarda votação em Plenário

Congresso aposta em penas duras

A adoção de penas de prisão mais rigorosas, mais longas e em regimes de segurança cada vez mais severos, como forma de reduzir os alarmantes índices de criminalidade no país, tem sido tema de um grande número de projetos em tramitação no Congresso Nacional. O Senado aprovou em 2006 e 2007 várias medidas nesse sentido, que na maioria ainda esperam decisão da Câmara.

Nas duas ocasiões, fatos graves chocaram a opinião pública e catalisaram o esforço legislativo. Mas ainda é alvo de enorme polêmica mundial a relação de causa e efeito que essas propostas pretendem estabelecer: a punição mais longa para delitos mais graves (notadamente, os praticados contra a vida e os chamados crimes hediondos), com a conseqüente redução nas taxas de violência.

As recentes experiências não permitem uma conclusão definitiva sobre a questão. Nos Estados Unidos, estados como a Califórnia e Nova York adotaram legislações mais duras a partir dos anos 80, como parte central de uma estratégia para fazer frente ao que lá se chamou de *crime wave* (onda de violência).

Modernizar a legislação é o ponto comum dos projetos

O conjunto de medidas (*veja o quadro*) aprovadas pelo Senado tem em comum o intuito de modernizar as leis penais, defasadas pelas transformações vividas nas últimas seis décadas. Questões como a fiança, a prescrição dos crimes, os critérios para concessão de liberdade condicional e a crescente participação de menores nas quadrilhas foram abordados pelas propostas.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), que já atuou como promotor do Ministério Público, produziu grande parte dos projetos, que, já aprovados pelo Senado, podem produzir mudanças importantes na segurança pública. Ele propõe resgatar um instituto desprestigiado na legislação penal: a fiança, uma quantia em dinheiro exigida pela Justiça para que um réu responda ao processo em liberdade. Muita gente desconhece, alerta, que mesmo em crimes inafiançáveis o juiz pode conceder liberdade

Os resultados são inegáveis, mas há quem questione se os recursos usados na ampliação do número de prisões e penitenciárias de segurança máxima não poderiam ter outras finalidades.

No Brasil, o debate segue indefinido, mas a praxe tem sido o Legislativo votar propostas que recrudescem as penas sempre que um crime especialmente bárbaro revolta a opinião pública.

Baseado nas execuções penais no estado de São Paulo, um estudo feito em 2004 pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) ataca a idéia de que a ineficácia da pena de prisão e o aumento da criminalidade se devem ao fato de o sistema penal ser "benevolente". Para as pesquisadoras Alessandra Teixeira e Eliana Blumer Bordini, coordenadoras do estudo, tais medidas não freiam a criminalidade.

"Ao contrário, ao aumentar o contingente das prisões, contribuem para aumentar os 'efeitos criminógenos' do cárcere", diz a análise.

Mas a polêmica prossegue. Agora alimentada pela recente queda nos índices de criminalidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que o estado expandiu a quantidade de presídios.

provisória ao acusado.

Demostenes sugere aumentar as penas máximas, estabelecendo o novo teto em 40 anos (hoje são 30), criar o regime penitenciário de segurança máxima (em que os chefões do crime ficariam em confinamentos de até 720 dias ininterruptos) e oferecer novas formas de facilitar a reparação das perdas sofridas pelas vítimas dos crimes, com a indisponibilidade de bens dos criminosos.

Já Gerson Camata (PMDB-ES) pretende rever "uma medida de alto risco" aprovada em 2003 por iniciativa do governo federal: a exclusão, na Lei de Execuções Penais, da análise do mérito do preso e da realização do exame criminológico para a concessão de progressão de regime e de livramento condicional.

- Foi uma alteração precipitada e perigosa, principalmente considerando-se crimes praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa - argumenta.



Presos são transferidos para presídio de segurança máxima em Campo Grande: regime mais severo

Progressão do regime, um debate sem fim

Presos por crimes hediondos só podem pleitear a progressão da pena (ou seja, de regime fechado para semi-aberto) caso cumpram 40% do tempo de condenação. Se reincidentes, a exigência aumenta para 60%. Nos dois casos, é preciso ter bom comportamento durante o período em que estiverem nas penitenciárias. É o que estabelece a Lei 11.464/07, sancionada após ser aprovada no Senado e na Câmara.

O projeto foi apresentado pelo próprio governo após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucional a proibição do regime de progressão de pena para autores de crimes hediondos, previsto na Lei dos Crimes

Hediondos (8.072/90). Para o STF, a proibição feria o princípio da individualização da pena.

Doutor em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Guilherme Nucci concorda. E ele critica a modificação constante da Lei dos Crimes Hediondos.

- O Congresso pode agir ao sabor da mídia, elevando à categoria de crime hediondo um tipo penal qualquer, só porque contou com um caso rumoroso. Um exemplo é a falsificação de remédios, hoje no rol dos crimes hediondos.

Já o juiz Geraldo Francisco Franco, do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, defende maiores exigências para

que os condenados por crimes hediondos tenham direito à progressão de regime. Em artigo na revista *Consultor Jurídico*, ele adverte que "não será com a flexibilização do trato dos crimes hediondos que os problemas do sistema penitenciário nacional serão definitivamente solucionados ou ao menos atenuados".

Em entrevista ao jornal *Sou da Paz*, o desembargador aposentado Alberto Franco rebate a idéia de que aumentar penas reduz a criminalidade. "Em 1994, o homicídio tornou-se crime hediondo. Desde então, diminuiu o homicídio? Não, aumentou exageradamente. Não é lei penal que transforma a realidade", diz.

ONU defende os direitos dos condenados

Na contramão do que parece ser o sentimento da sociedade brasileira e também do Congresso, a Organização das Nações Unidas (ONU) condena a crescente tendência mundial de adoção de penas mais severas para autores de crimes mais violentos. A ONU apurou que o número de prisioneiros cumprindo longas sentenças cresce na maioria dos países, basicamente por duas razões: uma mudança na aplicação da legislação penal, com clara tendência para punições mais

duras, e o fim da pena de morte em muitos países.

Segundo o relatório *Recomendações das Nações Unidas sobre Prisão Perpétua*, de 1994, nos países que aboliram a pena capital, criminosos que poderiam ter sido condenados à morte acabam pegando pelo menos 25 anos de reclusão, ou a prisão perpétua. Em muitos países, parte das penas são cumpridas em regimes de confinamento, na "solitária".

"Não há justificativa para que todos os detentos cum-

prindo penas perpétuas ou de longa duração sejam submetidos a regimes de restrição e de segurança máxima, notadamente confinamentos solitários", diz o documento.

Para a ONU, as longas sentenças deveriam ser precedidas da avaliação de risco envolvendo a custódia do preso, e não se basear no grau de violência do crime praticado. O órgão recomenda acesso dos presos a trabalho e estudos, além de atividades religiosas, culturais, esportivas e de lazer.

Vida difícil para os condenados

Projetos	Objetivos	Autores	Situação
PLC 8/07	Dificulta progressão de regime penal para condenados por crimes hediondos	Poder Executivo	Aprovado na CCJ em 7/3/2007, virou a Lei nº 11.464/07.
PLC 9/07	Dobra pena para quem praticar crime com o envolvimento de menores de 18 anos	Dep. Onyx Lorenzoni	Aprovado na CCJ, aguarda votação na CDH do relatório do senador Cristovam Buarque, favorável à proposta.
PLC 19/07	Abole do Código Penal o instituto da prescrição retroativa	Dep. Antonio Carlos Biscaia	Aprovado com emendas, voltou à Câmara. Aguarda elaboração do relatório.
PLS 139/07	A cobrança da fiança passa a ser obrigatória	Demostenes Torres	Aprovado na CCJ em caráter terminativo, foi enviado à Câmara. Na CSPCCO, aguarda votação.
PLS 155/07	Cria a obrigação dos presos condenados produzirem seu próprio sustento alimentar.	Marconi Perillo	Aprovado e enviado à Câmara, onde o relator, dep. Antonio Carlos Neto (DEM-BA), votou pela rejeição.
PLS 75/07	Retoma a obrigatoriedade do exame criminológico antes de progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.	Gerson Camata	Aprovado e enviado à Câmara, foi apensado a projeto do senador Romeu Tuma (4500/01), que aguarda votação.
PLS 140/05	Facilita para a vítima de crime a reparação de suas perdas, usando, entre outros instrumentos, o instituto da indisponibilidade dos bens.	Demostenes Torres	Votado pela CCJ e enviado à Câmara, e na CCJC, aguarda parecer do relator, dep. Leonardo Picciani (PMDB-RJ)
PLS 186/04	Eleva para até 40 anos o prazo máximo para cumprimento de penas e restringe a possibilidade de unificação de penas concomitantes.	Demostenes Torres	Aprovado pela CCJ em 20/6/2006, foi enviado à Câmara. Na CSPCCO, recebeu emendas e agora aguarda votação pela CCJC, onde parecer favorável do relator Benedito de Lira (PP-AL) foi dado em 26/3/2008.
PLS 474/03	Aumenta os prazos de prescrição previstos no Código Penal. Para delitos com pena máxima superior a 12 anos, o prazo passaria de 30 para 40 anos.	Demostenes Torres	Aprovado pela CCJ e enviado à Câmara. Agora, na CCJC, aguarda parecer do dep. Carlos William (PTC-MG).
PLS 179/05	Cria o regime penitenciário de segurança máxima, destinado aos bandidos mais perigosos, em especial os chefes do crime organizado. O período de confinamento do preso poderá se estender por até 720 dias.	Demostenes Torres	Aprovado e enviado à Câmara, onde oito outros projetos correlatos foram a ele apensados, além de ser decidida sua tramitação por mais três comissões técnicas, além da CCJC e da CSPCCO. Em março deste ano, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, criou comissão especial para analisar o tema.
PLS 135/06	Preso que voltar a cometer dolosamente um crime grave não terá mais direito a livramento condicional.	ex-senador Juvêncio da Fonseca	Aprovado e enviado à Câmara, está agora em discussão na CCJC, onde o dep. Nelson Trad (PMDB-MS) foi escolhido relator.

Projetos tentam tirar as prisões do caos

O Senado tem procurado, com vários projetos, modificar o estado crítico do sistema prisional, assim como oferecer melhores condições de segurança para o cidadão que em muitas cidades brasileiras convive de perto com o crime organizado.

Já existe no país o regime disciplinar diferenciado, mais severo, para os presos que cometem dolosamente (com intenção) faltas graves previstas como crime ou que subvertem a ordem e disciplinas carcerárias, assim como para os que apresentam alto risco para a sociedade e os membros de organizações criminosas. Mas, para o senador Demostenes Torres (DEM-GO), é preciso um regime disciplinar mais rígido, que ele define em projeto de lei do Senado (PLS 179/05) como “regime de segurança máxima”, voltada aos que compõem organizações criminosas.

– Os bandidos superperigosos são muitos, mas o projeto atinge apenas seus líderes. Assim poderemos romper os laços das organizações criminosas – explica.

O preso poderá cumprir pena completamente isolado por até 720 dias, prorrogáveis, com visitas bem restringidas. O PLS está agora na Câmara.

O senador Aloizio Mercadante

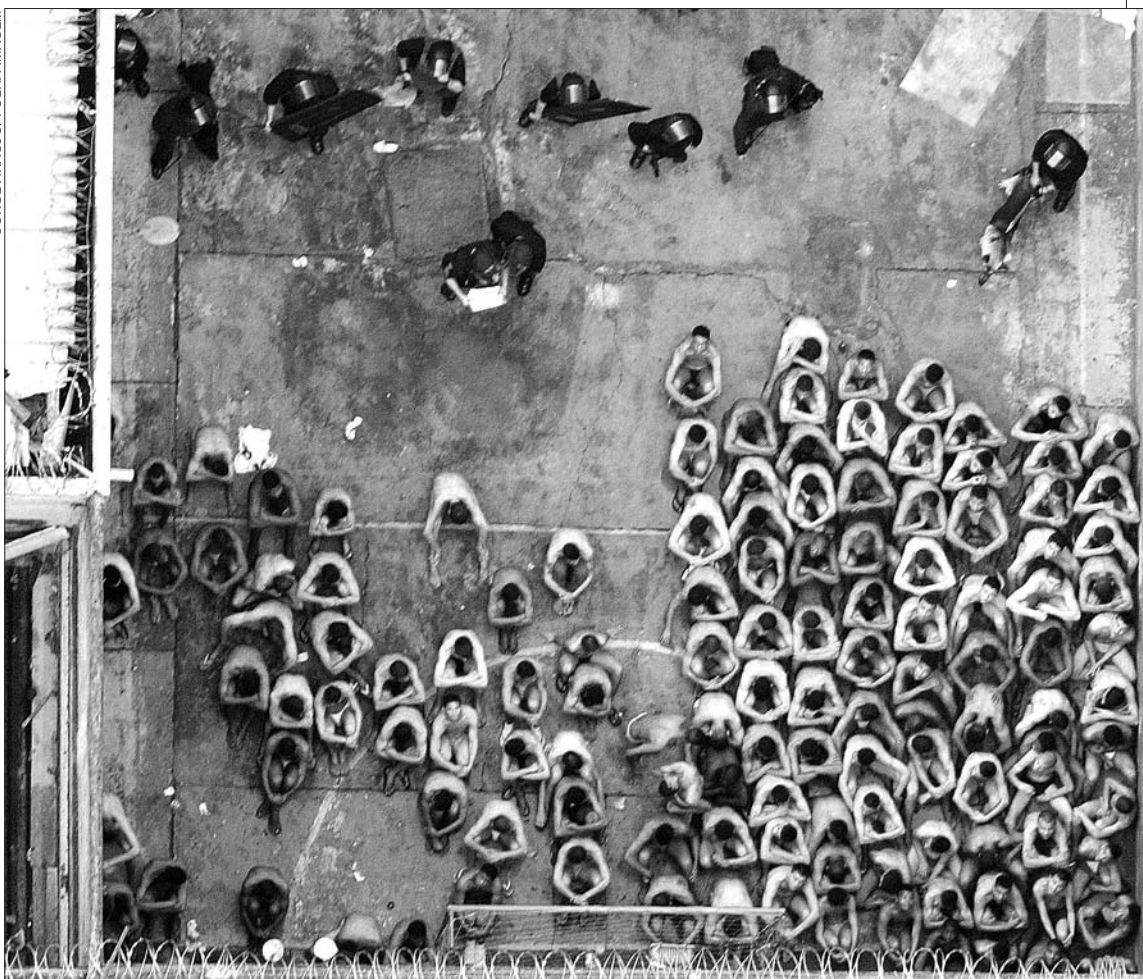
(PT-SP) apresentou os PLSs 162/07 e 163/07, que determinam, respectivamente, a separação de presos provisórios e condenados conforme os crimes cometidos e a ampliação do uso das penas alternativas. Isso para estimular a substituição das penas privativas de liberdade nos crimes em que não houver violência ou grave ameaça.

– As penas alternativas, especialmente a prestação de serviços à comunidade, devem ser valorizadas no sistema penal – alerta.

O projeto de lei do senador César Borges (PR-BA) que no ano passado tornou-se a Lei 11.466/07 prevê como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelos presos. Nessa linha, tramita na Câmara o projeto de lei (PLS 137/06) do ex-senador Rodolpho Tourinho que determina a instalação de bloqueadores de celulares em penitenciárias.

Já o PLS 175/07 prevê o uso de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado, por decisão do juiz. O controle é feito por meio de pulseira, tornozeleira ou *chip*, monitorados por satélite. Autor do projeto, o senador Magno Malta (PR-ES) argumenta que “é insustentável para o Estado manter aprisionadas as inúmeras pessoas condenadas”.

JORGE ARAÚJO/FOLHA IMAGEM



Unidade da Febem em São Paulo: instituições para menores infratores repetem os problemas das penitenciárias

Quando o próprio Estado fica fora da lei

O número de presos em todo o sistema penitenciário e nas delegacias passou de 361,4 mil em 2005 para 422,5 mil no ano passado, um aumento de 16,9%. Essa proporção é acompanhada pelos problemas que cercam a carceragem no país, que enfrenta contingenciamento de recursos, com conseqüente déficit de vagas e superlotação.

Os problemas são dificilmente mensuráveis devido à situação crítica em que se encontra boa parte do sistema. Relatório de 2007 do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), do Ministério da Justiça, revela que o contingenciamento é “uma constante histórica”. Em 2006, 16,7% do crédito de R\$ 364,2 milhões não foram liberados. O percentual chegou a 57% em 2002, 43,8% em 2003, caiu para 12,1% em 2004, mas avançou para 29,3% em 2005.

– As leis que nós temos já são suficientes para melhorar o sistema

prisional, mas faltam investimentos. Da mesma forma, os presos precisam trabalhar para não ficar no ócio e não é um trabalho forçado, proibido pela Constituição. Mas um trabalho obrigatório irá beneficiá-los com aprendizagem e remissão da pena, assim como o estudo – diz Tito Amaral, promotor de Justiça de Goiás.

Para o sociólogo Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, a Lei de Execuções Penais não é devidamente aplicada, o que dificulta a ressocialização do preso.

– Há um déficit de 150 mil vagas. Falta assistência médica, psicológica, jurídica, faltam programas de capacitação dos presos – afirma.

Secretário de Segurança Pública no Distrito Federal de 1995 a 1998 e do Rio de Janeiro em 2002, o atual reitor da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Aguiar diz que é preciso investir no aperfeiço-

amento dos quadros funcionais.

– Essa idéia de que a prisão recupera não existe. Quanto mais a pessoa vai presa, mais graves serão seus próximos delitos ao sair. Também é preciso acabar com as grandes cadeias prisionais, como Bangu, no Rio, que servem como escritórios para o crime – diz, criticando a mistura de presos com gravidade de condutas diferente, o que cria “uma escola do crime”. Ele alerta ainda contra a discriminação sofrida pelos ex-detentos.

– Depois de enfrentar os códigos cruéis e violentos das prisões, o preso, quando sai, não é aceito pela sociedade – relata Aguiar.

Em 2007, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou projeto (PLS 148) que propõe deduzir impostos da empresa que contratar e formar mão-de-obra prisional.

– Seria um incentivo para que mais empresas contribuíssem para reintegrar os ex-detentos à sociedade – observa Gilvam.

Detentos reincidem no crime

Em **2006** o número de presos no sistema penitenciário e nas delegacias chegou a **422.500**.

É estimado um déficit de **150.000** vagas no sistema prisional do país.

A reincidência no crime chega a **70%** entre os ex-detentos.

15.426 menores infratores cumpriam medidas sócio-educativas em **2006**.

É estimado um déficit de **3 mil** vagas nas instituições para menores.

Sistema já condenado subsiste entre os menores infratores

Violação dos direitos dos internos, superlotação, rebeliões e custos elevados são alguns dos problemas que condenam as unidades destinadas à recuperação socioeducativa dos menores infratores. A situação se agrava com o aumento de detidos. Em 1996, eram 4.245. Em 2006, passaram a 15.426, um aumento de mais de 263%. O déficit de vagas, cerca de 3 mil, ainda leva menores a ficarem presos em cadeias, ferindo seus direitos legais.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) elaborou em 2006 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para substituir os estabelecimentos prisionais por melhores meios de recuperação dos jovens infratores. Internação, só para os casos mais graves, em unidades com no máximo 40 menores e quartos para no máximo três internos. A semiliberdade será assistida em casas residenciais em bairros comunitários.

– A proposta é muito boa, pois divide os adolescentes pela gravi-

dade dos crimes cometidos e pela idade e oferece cursos profissionalizantes e atividades de lazer. Mas 70% das unidades funcionam no velho sistema – diz Ariel Alves, conselheiro do Conanda. Ele lembra que onde foi adotado o Sinase, como em Santo Ângelo (RS), a reincidência não passa de 10%, enquanto nas prisões de adultos ultrapassa 70%.

Mas os crimes bárbaros cometidos por menores de 18 anos levaram os senadores a votar a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que reduz a maioria penal, hoje de 18 anos, para 16. A matéria, polêmica, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda votação pelo Plenário. O relator Demostenes Torres concorda com a PEC, desde que os infratores de 16 a 18 anos só sejam responsabilizados penalmente se laudo técnico, emitido por junta indicada por juiz, atestar sua plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato. E eles seriam detidos separadamente de detentos adultos.

Em busca de boas soluções

Projeto	Objetivos	Autores e relatores	Situação
PLS 136/06	Prevê como falta disciplinar grave a utilização de celular pelo preso.	César Borges	Transformado na Lei nº 11.466/07
PLS 118/03	Define como crime utilizar, induzir ou auxiliar menores a cometer delito.	Aloizio Mercadante	Enviado à Câmara
PLS 148/07	Dá incentivo fiscal à empresa que formar e remunerar mão-de-obra prisional.	Gilvam Borges	Aguarda decisão terminativa da CAE.
PLS 163/07	Amplia o rol de crimes puníveis com penas alternativas	Aloizio Mercadante	Enviado à Câmara
PLS 162/07	Estabelece critérios de separação de presos provisórios e de condenados	Aloizio Mercadante	Enviado à Câmara
PLS 175/07	Altera as regras do regime aberto, prevendo o rastreamento eletrônico de condenado.	Magno Malta	Enviado à Câmara, já foi aprovado na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania.
PEC 20/99	Reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.	Vários autores. Demostenes é o relator	Apensada a várias outras PECs, aguarda votação no Plenário.
PLS 137/06	Determina a instalação de bloqueadores de celular em penitenciárias.	ex-senador Rodolpho Tourinho	Enviado à Câmara, onde foi apensado a outros projetos
PLS 179/05	Cria o regime penitenciário de segurança máxima	Demostenes Torres	Enviado à Câmara, onde foi apensado a outros projetos



Apavorada, mulher abraça o filho durante ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em favela da cidade: jovens negros são as maiores vítimas da violência

Número de homicídios se expande no interior do país

A violência no Brasil continua alarmante. Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, os homicídios no país cresceram 20% na década de 1996 a 2006, enquanto o aumento da população foi de 16,3% no mesmo período. Outra constatação foi a interiorização da violência.

O número de mortes registradas pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, varia de 38.888 a 46.660 entre 1996 e 2006, com um crescimento regular anual de 4,4% até 2003. O Mapa da Violência – documento elaborado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla),

Instituto Sangari e os ministérios da Saúde e da Justiça – mostra que somente em 2004 o quadro foi revertido, com uma queda de 5,2% no número de homicídios. Fato diretamente ligado às campanhas pelo desarmamento. As taxas continuaram caindo, mas num ritmo menor: 2,9% em média.

A mudança dos pólos de violência das capitais e metrópoles para o interior ocorreu a partir de 1999 e é uma tendência que se mantém estável, assinala o autor do estudo e diretor de pesquisas do Instituto Sangari, Julio Jacobo Waiselfisz.

A pesquisa mostra que São Paulo foi o único estado que nos últi-

mos sete anos conseguiu reduzir, de forma significativa, os índices de violência. Waiselfisz destaca a relevância da participação e da iniciativa municipal, o que aconteceu no estado com a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública em 2001, integrado pelas 39 prefeituras municipais da região metropolitana.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) adverte, porém, que o estado é o penúltimo na escala salarial para policiais e os delegados de polícia.

Defensor de aumentos salariais à corporação, além de melhor estrutura e mais equipamentos, Tuma ressalta que essas medidas contribuiriam para diminuir a corrupção na polícia.

– Sem isso, o problema [corrupção] poderá dominar cada vez mais as estruturas da corporação, o que tem acontecido em vários estados – observou.

Trânsito violento piora os indicadores

No início deste ano, uma medida provisória (MP 415/08) chamou a atenção ao proibir a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos ao longo das rodovias federais. Polêmica à parte, a iniciativa demonstra o quanto é significativo o número de mortos no trânsito. Não só pela influência das bebidas alcoólicas, mas também com a má conservação das rodovias e a imprudência dos condutores.

Com a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, verificou-se uma queda no número de mortos em acidentes. A redução chegou a 13% em 1998 em relação ao ano anterior e os números continuaram caindo até 2000 (cerca de 2% ao ano). A partir de então os números voltaram a crescer, numa evidência de que só a lei não consegue deter a violência no trânsito. Nesse sentido, experiências nas grandes cidades demonstram que campanhas educativas, radares e policiamento ostensivo são algumas das soluções encontradas para diminuir o número de acidentes.

O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 constata que, de 2002 a 2006, aumentaram as mortes de motociclistas. Com uma frota que ultrapassa 4 milhões de veículos, São Paulo é a cidade com mais mortes no trânsito. Belo Horizonte está em segundo lugar, seguida por Fortaleza, Brasília e Rio de Janeiro.

Campanhas contra as armas devem prosseguir

As armas de fogo aparecem nas estatísticas do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 como o principal meio utilizado nos homicídios. Em 2004, a participação desse meio em relação ao ano de 2003 caiu de 77,9% para 76,2%. E mesmo com o resultado favorável à manutenção da venda de armas de fogo e munição no país obtido no referendo de 2005, foi naquele ano que houve a maior queda da participação das armas de fogo nos crimes – 74,4%. Em 2006, o número se estabilizou, sendo registrado o mesmo do ano anterior.

A redução da utilização das armas de fogo nos homicídios é relacionada às campanhas de desarmamento, com a campanha de entrega voluntária de armas. O sociólogo Antonio Rangel Bandeira, coordenador

do projeto de controle de armas da ONG Viva Rio, informou que o Ministério da Justiça estuda realizar campanhas de desarmamento anuais com duração de dois a três meses nos moldes daquelas desenvolvidas em 2004 e 2005. Com a participação da igreja e de entidades pró-desarmamento, a primeira edição deve ser iniciada em maio, com campanhas de esclarecimento, e o recolhimento das armas está previsto para terminar antes das eleições.

O sociólogo lembra que na última campanha 400 igrejas participaram da iniciativa e só a ONG Viva Rio recolheu 15 mil armas. E ressalta a importância de mobilizar a população para se desfazer de armas, que oferecem perigo pela possibilidade de cair nas mãos de marginais.



Recife lidera a violência entre as capitais

No ano de 2006, segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, 10% das cidades – 556 municípios – concentraram 73,3% dos homicídios ocorridos no país. O estudo indica que todos os estados têm pelo menos um município incluído nessa lista dos mais violentos e há alguns em que boa parte de suas cidades integram essa relação, como é o caso do Amapá, Rio de Janeiro, Pernambuco e Roraima, onde

40% ou mais dos municípios estão entre os 556 mais violentos do país.

Proporcionalmente ao número de habitantes, o município de Coronei Sapucaia, em Mato Grosso do Sul, é o primeiro da lista daqueles com maior número de homicídios. Entre as capitais, Recife está no topo e aparece na lista em 9º lugar.

A década de 1996 a 2006 contabilizou um crescimento de 31,3% no número de mortes na

faixa de 15 a 24 anos, aumento superior aos 20% registrados na população total do país. Em 2006, municípios do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco apresentaram o maior número de homicídios de jovens, parcela que representa 20% da população.

Na lista dos cem municípios onde, proporcionalmente à população, mais morreram jovens, Recife volta a aparecer, desta vez em segundo lugar.

JORNAL DO SENADO

Especial é uma publicação do Jornal do Senado
Praça dos Três Poderes - Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar - 70165-920 Brasília (DF)
www.senado.gov.br/jornal / jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich
Editor-chefe: Valter Gonçalves Jr.

Editores e redatores: Flávio Gomide, Janaína Araújo,
Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Suelly Bastos, Sylvio
Guedes e Valter Gonçalves Jr.

Diagramação: Bruno Bazílio e Sérgio Luiz Gomes da
Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral
Almeida e Miqúas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Ana Cláudia Volpe e Éliada Costa